Fundado em
15 de junho de 1901

Correio da Manhã

Fundador:
Edmundo Bittencourt

EDIÇÃO CAMPINAS E REGIÃO

Campinas (SP), Quinta-feira, 12 de Novembro de 2026 | campinas.correiodamanha.com.br | Ano CXXV Nº 25.142 | R$ 5,00

Delegados da PF rebatem Andrei e negam ser bolsonaristas por criticarem mudanças no Caso Master

CAPPELLI - PÁGINA 14

Campinas registra 17 casos de mpox em 2026

Atualização desta quarta (11) traz novos registros da doença na cidade. Em todo o ano passado foram 20 casos e nenhum óbito. Ministério da Saúde garantiu compra de 25 mil doses de vacina feita com o único laboratório fabricante do imunizante no mundo, que fica na Dinamarca

PÁGINA 6

TJ LIBERA INVESTIGAÇÃO CONTRA RODRIGO MANGA



PREFEITURA DE SOROCABA

Tribunal de Justiça de São Paulo autoriza inquérito criminal contra o prefeito Manga de Sorocaba

A apuração policial mira suspeitas de crimes em contratos emergenciais da merenda escolar firmados em 2021 pela gestão do prefeito Manga e que superam o montante total de R$ 13 milhões, segundo o Ministério Público.

PÁGINA 8

Unicamp-COP31: pelo fim dos combustíveis fósseis

PÁGINA 6

Biografia de Quércia será lançada dia 26 em Campinas

Obra conta com dois volumes e com prefácio do ex-presidente da República, Michel Temer (MDB); abrange dos primeiros anos à vida pública do ex-governador de SP

PÁGINA 5

Vendaval mobiliza força-tarefa regional em S. Bárbara d'Oeste

A mobilização de equipes de cinco municípios, do DER e de voluntários reforça a remoção de árvores, limpeza e a desobstrução de vias após o vendaval que se abateu sobre a cidade.

PÁGINA 7

Operação contra fraude em combustíveis mira Sorocaba

Operação deflagrada ontem pelo MP-RJ e mira um esquema de sonegação e lavagem de dinheiro em combustíveis que causou prejuízo de R$ 5,5 bi aos cofres públicos.

PÁGINA 8



Câmara debate mudanças na lei por Reforma Tributária

Proposta do Executivo prevê alterações nas regras de arrecadação, administração e distribuição de impostos

PÁGINA 5

RUDOLFO LAGO

COMO A SOCIEDADE, POLARIZAÇÃO CORRÓI A POLÍCIA FEDERAL

PÁGINA 2

ALEXANDRE GARCIA

CRISE NOS 3 PODERES E NO 4º: O JORNALISMO

PÁGINA 2

RUDOLFO LAGO

Jornalista e comentarista de política

Como com o resto da sociedade, polarização corrói a Polícia Federal

Há por trás da briga do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, com a Associação Nacional dos Delegados da PF (ADPF) desde questões que beiram o ridículo até uma grossa disputa de poder que replica na instituição a polarização política que corrói toda a sociedade.

Entre os pontos ridículos, há até uma discussão sobre o uniforme da Academia Nacional da Polícia Federal.

Acontece na PF uma eterna discussão relacionada à sua estrutura. Agentes e delegados são cargos estanques. Não há uma carreira prevista pela qual um agente possa ascender à condição de delegado. São concursos distintos. Diferente do que acontece, por exemplo, na Polícia Civil, onde a função de delegado é uma chefia exercida por um policial de carreira. Na gestão de Andrei Rodrigues, estabeleceu-se que o uniforme na Academia seria igual para todos. Os delegados reclamaram formalmente. Queriam para eles um uniforme diferente.

Segundo uma fonte da PF, parte das divergências dos delegados é fruto de uma disposição de Andrei Rodrigues de passar a diferenciar menos os agentes dos delegados. Mas tem, sem dúvida, como principal pano de fundo a disputa política entre bolsonaristas e petistas dentro da instituição.

Os conservadores são hoje a maioria na Polícia Federal. No caso da instituição como um todo, diz a fonte, estaria dividida em meio a meio com relação a quem está na ativa. Mas é a grande maioria entre os aposentados – muitos oriundos dos tempos da ditadura – e também entre os delegados. O desempenho de Flávio Bolsonaro (PL) no primeiro turno fez com que essa maioria conservadora imaginasse que teria poder de decisão na sucessão de Andrei Rodrigues. E passou a trabalhar para desgastá-lo.

O caso do afastamento dos delegados na apuração do caso Master foi a gota d'água de uma situação que já durava algum tempo. A razão formal foi que eles não teriam atendido à determinação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, de enviar um relatório somente com os fatos apurados, sem fazer juízo de valor. Mas, no fundo, é o ápice de um desgaste que já havia.

Andrei Rodrigues já tinha manifestado sua disposição de não continuar à frente da PF. O que aumentou ainda mais a pressão dos grupos pela sua sucessão. Há nomes colocados nessa disputa. O presidente do Conselho de Controle da Atividade Financeira (Coaf), Ricardo Saadi, delegado da PF. A diretora de Gestão de Pessoas da polícia, Helena de Rezende. O diretor-executivo William Murad. E o secretário de Segurança Pública da Bahia, Marcelo Werner.

No meio desse rolo, se Lula pedir a Andrei Rodrigues que fique, ele naturalmente aceitará. Mas não tem essa disposição. No fim, de novo, é a política. Que, no Brasil, virou questão pessoal.

ALEXANDRE GARCIA

Novos cabrais

O decano do Supremo, Ministro Gilmar Mendes, esta semana declarou que a crise é geral, não apenas do Supremo. É verdade. Mas ao estar no Supremo, derrama-se pelo Judiciário, até chegar às pequenas causas. E quando alguém escreve "ladrão" numa faixa e a Polícia Federal deduz que se refere ao Presidente da República - ou um deputado pronuncia "ladrão" e um general entende que se refere ao seu Comandante Supremo, então a crise também está no Poder Executivo e na área militar. Quando o tesoureiro de campanha do Presidente do Senado é investigado por dinheiro da previdência do Amapá posto no Master, ou o Presidente da Câmara vai com o jatinho do Tigrinho para paraíso fiscal e de jogatina no Caribe, então a crise também está no Legislativo.

Crise nos três poderes e no dito quarto poder, o jornalismo. Certamente a dosimetria vai discutir os absurdos de penas de gente condenada por atacado, sem individualização dos crimes, sem juiz natural, com prisão por perfídia. Vão aparecer sinais gritantes de injustiça, como o caso do senhor Hahn, condenado a 14 anos por doar 500 reais para fretar ônibus a Brasília, tal como a Débora, por associação criminosa armada para derrubar o estado de direito - como se batom fosse arma - e dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado, sem que tivesse prejudicado uma única molécula do granito da deusa da Justiça. Então nós, do "quarto poder" vamos perceber que em boa parte ficamos em silêncio diante do arbítrio, da injustiça, do exagero, do inconstitucional, do juízo de exceção proibido pelo inciso XXXVII do pétreo artigo 5º da Constituição - e vamos perceber que também estamos em profunda crise nos valores jornalísticos.

Esses quatro poderes não estão sós da crise. O brasileiro que se adapta à exceção, que não percebe que em democracia precisa fiscalizar, criticar, cobrar e votar bem, também está em crise de cidadania - e essa gera todas as demais, porque permite, na sua alienação, que usem seus poderes e o fruto de seu trabalho para se comportar indecorosamente, desrespeitar as leis, agir como se não existissem "213 milhões de pequenos tiranos" a aspirar respeito aos impostos que são obrigados a pagar, aos votos que são obrigados a registrar nas urnas - agora infantilizadas por esse boneco porta-voz "Pilili", como se votar fosse brincadeira. Se está errado assim, e por isso estamos atrasados, carentes de segurança física e jurídica, já não seria hora de dar um reset neste país?

O leitor pode julgar utópica essa sugestão. Temos superabundância de riqueza natural, o que torna até pecaminoso o nosso imobilismo. Mas, com a cultura do deixa estar, só numa epifania nacional. Uma redescoberta de nós mesmos, de nossos lares, de nossas escolas, de nossas instituições. Da meritocracia, do livre mercado, das liberdades, da iniciativa privada, do direito de propriedade, do respeito à lei e à ética. Gilmar Mendes identifica a crise geral. Teria ele idéia de por onde começar a trocar crise por paz, bem-estar, estabilidade, fartura? Penso que se precisa começar pela menor das minorias: o indivíduo. Cada um se perguntando o que poderia fazer para melhorar a própria vida. O coletivo disso poderia ser o reinício. Uma nova descoberta. Novos Cabrais avistando a nova e rica terra.

EDITORIAL

A geração que perdeu a confiança no futuro

Durante décadas, a juventude foi associada à esperança. Era o período de fazer planos, escolher uma profissão, conquistar o primeiro emprego, sair da casa dos pais, comprar um imóvel e construir uma família. O futuro, mesmo cercado de incertezas, era visto como uma promessa. Para uma parcela crescente dos jovens brasileiros, entretanto, essa perspectiva parece ter perdido força. O que antes representava uma etapa de conquistas passou a ser, para muitos, uma corrida permanente contra as dificuldades econômicas e a falta de oportunidades.

Não se trata simplesmente de uma geração menos ambiciosa, menos disposta ao trabalho ou mais imediatista, como frequentemente sugerem algumas interpretações. O que está em discussão é uma mudança concreta nas condições de vida. Estudar já não representa garantia de ascensão profissional. Ter um diploma não significa necessariamente conseguir emprego compatível com a formação. Trabalhar em tempo integral tampouco assegura renda suficiente para conquistar independência financeira. A promessa de que esforço e dedicação seriam recompensados parece, para muitos, cada vez mais distante da realidade.

O mercado de trabalho ajuda a explicar esse sentimento. A expansão de contratos temporários, da informalidade e de ocupações mediadas por plataformas digitais criou novas possibilidades de renda, mas também ampliou a insegurança. Motoristas, entregadores, prestadores de serviços e trabalhadores sem vínculo formal podem até encontrar alternativas para sobreviver, mas nem sempre conseguem planejar o futuro. Sem estabilidade, proteção social adequada e previsibilidade de ganhos, torna-se difícil assumir compromissos de longo prazo.

A moradia é outro obstáculo decisivo. Em grandes centros urbanos e em cidades de médio porte, o preço dos imóveis e dos aluguéis consome uma parcela significativa da renda. Para quem está começando a vida profissional, sair da casa dos pais pode representar um compromisso financeiro quase impossível. A compra do primeiro imóvel, que já foi um dos principais símbolos de estabilidade e patrimônio, tornou-se um objetivo distante para muitos trabalhadores jovens. Não basta ter emprego: é preciso que o salário permita viver.

A situação produz consequências que ultrapassam o campo econômico. Adiar a saída da casa dos pais, postergar a formação de uma família, desistir de determinados projetos pessoais ou aceitar trabalhos muito abaixo da qualificação são decisões que refletem limitações materiais. A independência, nesse contexto, deixa de ser uma escolha individual e passa a depender de condições que nem sempre estão ao alcance de quem está começando.

OPINIÃO DO LEITOR

Talento imenso

Kimi Antonelli é campeão do mundo de Fórmula 1 de 2026! Dirigiu brilhante nesta temporada, Antonelli, lenda absoluta! Novato da década. Quanta emoção. Antonelli chegou à Fórmula 1 no ano passado, pela Mercedes, e, esse ano, mostrou que seu talento é imenso. Kimi Antonelli superou Sebastian Vettel e se tornou o mais jovem campeão mundial da história de todos os tempos!

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: marceloperillier@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) ¦ **Paulo Bittencourt** (1929-1963) ¦ **Niomar Moniz Sodré Bittencourt** (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO
Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE
Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES
(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ
CEP 22775-057

BRASÍLIA
ST SIBS Quadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF
CEP 71736-202

SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal

CORREIO PAULISTA

POR **ANDRE SOUZA**

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Tarcísio convenceu Salles a desistir da disputa pelo Senado

Tarcísio confirma Ricardo Salles na Secretaria da Justiça a partir de 2027

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), confirmou nesta quarta-feira (11) que o deputado federal Ricardo Salles (Novo-SP) assumirá a Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania em janeiro de 2027, no início do segundo mandato. Ex-ministro do Meio Ambiente no governo Jair Bolsonaro, Salles substituirá Arthur Lima. A pasta é responsável por órgãos como a Fundação Casa e o Procon-SP, além da articulação com o Judiciário. A escolha ocorre após Salles desistir da disputa pelo Senado nas eleições de outubro para apoiar André do Prado (PL) e Guilherme Derrite (PP), ambos eleitos. O deputado já comandou a Secretaria Estadual do Meio Ambiente durante a gestão de Geraldo Alckmin. Salles também responde a uma ação penal no Supremo Tribunal Federal (STF), relacionada a suspeitas de comércio ilegal de madeira. Ele nega irregularidades.

Outros cinco secretários foram confirmados

Além de Salles, Tarcísio também anunciou nesta quarta-feira (11) Marcos Guerson, atual superintendente do Ipem-SP, para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, substituindo Jorge Lima. Anderson Ribeiro Correia, presidente do IPT, assumirá Ciência, Tecnologia e Inovação. Para o segundo mandato, a partir de janeiro de 2027, o governador confirmou ainda a permanência de Nerylson Lima na Casa Civil, Geraldo Melo Filho na Agricultura e Abastecimento e Marília Marton na Cultura, Economia e Indústria Criativas.

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



Marcos Guerson, Anderson Ribeiro, Nerylson, Geraldo Mello e Marília

Russomanno propõe limitar juros e multas

O deputado Celso Russomanno (Republicanos-SP) apresentou na quarta-feira (11) parecer favorável a dois projetos que limitam juros e multas por atraso em operações de crédito. O texto, em análise na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, proíbe multas por inadimplência para pessoas físicas, limita encargos e obriga instituições financeiras a oferecer renegociação de dívidas, com prazo de pagamento de até o dobro do original. As medidas valeriam apenas para contratos firmados após a vigência da lei.

Exploração de publicidade no Metro

O Metrô de São Paulo prorrogou até 26 de abril de 2027 o contrato com a Ralmídia Ltda., responsável pela exploração comercial de espaços em estações. O nono aditivo, publicado no Diário Oficial desta quarta-feira (11), também altera a remuneração mensal e acrescenta R$ 78.503,70 ao valor contratual, na data-base de fevereiro de 2017. O extrato não informa o valor total atualizado do contrato.

Agenda de Tarcísio

O governador Tarcísio de Freitas cumpre agenda nesta quinta-feira (12) em três cidades paulistas. Às 10h, participa do lançamento da pedra fundamental do Hospital Estadual de Campinas. Às 14h30, entrega moradias do Programa Vida Longa e inaugura melhorias viárias em Mogi Guaçu. Às 18h, encerra o AMPPESP Fomenta, em Águas de São Pedro.

Empréstimos de R$ 3,16 bi

O Ministério da Fazenda autorizou garantias da União para empréstimos de R$ 3,16 bilhões ao governo paulista. Do total, R$ 2,22 bilhões serão destinados à expansão da Linha 4-Amarela do Metrô e R$ 942,2 milhões a obras no Rodoanel. Os financiamentos serão contratados com o Banco do Brasil e ainda dependem de formalização.

Proteção às Farmácias

Projeto de lei do deputado estadual Dr. Eduardo Nóbrega (MDB) cria a política estadual Farmácia Segura, para prevenir roubos, furtos e comércio ilegal de medicamentos em SP, incluindo canetas emagrecedoras. A proposta prevê levantamento de crimes, ações preventivas, orientação aos trabalhadores e cooperação entre órgãos públicos e setor farmacêutico.

Faculdade de Medicina

A Assembleia Legislativa de São Paulo abriu, na terça-feira (10), uma exposição pelos 40 anos da Fundação Faculdade de Medicina (FFM). A mostra reúne 20 painéis sobre a trajetória da entidade, que apoia a Faculdade de Medicina da USP e o Hospital das Clínicas. A visitação é gratuita e segue até 20 de novembro, no Espaço V Centenário da Alesp.

Recursos do Fehidro

O Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO) prorrogou até 30/abril/2027 o prazo para liberar a primeira parcela de recursos destinados a projetos financiados pelo fundo. Os responsáveis deverão apresentar a documentação das licitações até 28/fevereiro. O descumprimento dos prazos poderá cancelar os projetos.

Emendas para Saúde

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo autorizou o repasse de R$ 12 milhões em emendas parlamentares federais para hospitais e instituições vinculadas ao SUS. Os recursos poderão financiar manutenção de serviços, compra de equipamentos e obras. A resolução publicada na quarta(11) estabelece regras de fiscalização e prestação de contas.

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP



Controladoria poderá investigar patrimônio incompatível com a renda

Governo de SP poderá investigar 'ostentação' de servidores

Resolução publicada pela Controladoria servirá para apurar enriquecimento ilícito

Por **Andre Souza**

Publicações nas redes sociais que exibam sinais de riqueza poderão servir de indício para investigar o patrimônio de servidores públicos estaduais em São Paulo. A previsão consta da Resolução CGE nº 025/2026, publicada no Diário Oficial de terça-feira (10), que regulamenta a apuração de possíveis casos de enriquecimento ilícito.

O texto cita expressamente a "ostentação em redes sociais" entre os elementos que podem embasar denúncias. Também menciona sinais exteriores de riqueza e origem duvidosa de recursos. Para que a suspeita seja examinada, a comunicação deverá apresentar elementos mínimos de incompatibilidade entre o patrimônio e os rendimentos do agente público. Uma postagem, por si só, não comprova irregularidade. A Controladoria Geral do Estado (CGE) poderá instaurar procedimentos por determinação do governador, a partir de denúncias recebidas pela Ouvidoria ou de representações encaminhadas diretamente ao órgão. A própria Controladoria também poderá agir diante de indícios identificados em suas análises.

Para verificar a evolução patrimonial, órgãos estaduais deverão viabilizar o acesso ou a transferência à CGE das declarações de Imposto de Renda dos últimos cinco anos. A medida abrange documentos apresentados na posse e atualizações anuais de servidores, empregados públicos e ocupantes de cargos em comissão. Os dados deverão permanecer protegidos por sigilo fiscal e pelas regras de proteção de informações pessoais.

A apuração preliminar terá caráter sigiloso e não punitivo. O prazo inicial é de 30 dias, com possibilidade de prorrogação, em regra, até o limite de 180 dias. Se forem necessários esclarecimentos adicionais, o investigado poderá ser notificado para apresentar informações em dez dias.

Ao final, a CGE poderá arquivar o caso ou recomendar a abertura de processo administrativo disciplinar ou procedimento sancionatório. A resolução detalha a aplicação de um decreto estadual de novembro de 2025.

O Correio da Manhã procurou a Controladoria Geral do Estado na terça-feira (10) para perguntar o que motivou a regulamentação, como serão avaliadas as publicações nas redes sociais e quantas apurações patrimoniais foram realizadas em 2025 e 2026. Até o fechamento desta edição, não houve resposta. O espaço segue aberto para manifestação.

CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

WILSON DIAS/AGÊNCIA BRASIL



À época Ministro da Fazenda, FHC foi responsável pelo Real

Casal é indiciado por filmar ex-presidente FHC em apartamento

A divulgação de vídeos gravados no apartamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso levou ao indiciamento do influenciador Wesley Oliveira e do marido dele, Lessandro Gonçalves, nesta quarta-feira (11). Os dois prestaram depoimento no 4º Distrito Policial, na Consolação, região central de São Paulo, e foram liberados. Os vídeos publicados por Wesley mostram cômodos do imóvel, em Higienópolis, e o ex-presidente sentado em uma poltrona. A Justiça proibiu os investigados de se aproximarem do prédio e de divulgarem informações sobre a vida privada de FHC. Dois celulares foram apreendidos durante buscas na casa dos indiciados. O indiciamento inclui difamação e discriminação de pessoa idosa. O influenciador afirma que recebeu autorização de Patrícia Kundrát, mulher de Fernando Henrique, para filmar. Ela registrou B.O. e disse que só havia autorizado a entrada.

Nunes cita pausa no Wi-Fi grátis por 90 dias

Cerca de 3.200 pontos de Wi-Fi gratuito devem ficar fora do ar por 90 dias em São Paulo, segundo estimativa do prefeito Ricardo Nunes (MDB) divulgada nesta quarta-feira (11). A interrupção afeta principalmente bairros da periferia e ocorre após a Prefeitura rescindir o contrato com o Instituto Conhecer Brasil. O município planeja abrir nova licitação para contratar outra operadora. A Polícia Federal investiga uma possível ligação do instituto com o financiamento de um filme sobre Jair Bolsonaro.

PREFEITURA DE SÃO PAULO



A prefeitura quer manter o serviço gratuito na cidade

Vereadores criticam filmagem no imóvel de FHC

Os vereadores João Jorge (MDB) e Janaina Paschoal (PP) criticaram, na sessão de terça-feira (10) da Câmara de São Paulo, a divulgação de vídeos feitos no apartamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. O homem que entrou no imóvel por intermédio do companheiro, amigo da família, gravou FHC e mostrou cômodos do apartamento. O caso chegou às redes. João Jorge afirmou que a família não autorizou a filmagem. Janaina, que presidiu a sessão, defendeu o respeito à privacidade da pessoa filmada.

Vereadores questionam contrato de Wi-Fi

O rompimento do contrato de Wi-Fi gratuito entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto Conhecer Brasil também foi discutido em plenário. Silvia da Bancada Feminista (PSOL) afirmou que parte dos pontos previstos não foi instalada e cobrou esclarecimentos sobre os gastos do contrato. Alessandro Guedes (PT) defendeu que a próxima prestadora cumpra a lei que prevê a oferta do serviço nas periferias.

Nunes vai ouvir vice

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou que vai chamar o vice, coronel Mello Araújo (PL), para conversar e pedir mais cautela ao divulgar denúncias. Nunes também disse que a Prefeitura vai apurar os relatos de supostos desvios na área de esportes. O vice-prefeito havia pedido investigação sobre contratos da Virada Esportiva.

Fusão CPTM e Metrô

O governo Tarcísio de Freitas avalia reunir o Metrô de São Paulo e a CPTM em uma só estatal, segundo o site Metrô CPTM. A possível fusão faz parte de uma discussão sobre a distribuição de atribuições entre secretarias do governo paulista. A reorganização em estudo pode mudar a estrutura da Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

Poda volta ao debate

A Câmara de São Paulo retoma o debate sobre o PL 775/2026, da Prefeitura, que muda a forma de avisar a população sobre podas e remoções de árvores da cidade. O texto prevê aviso com dois dias de antecedência para podas e prazo de cinco dias para manifestações sobre remoções ou transplantes. Em casos urgentes, prazos podem ser dispensados.

Saúde sob negociação

Sindicatos e trabalhadores da saúde vinculados ao INTS discutiram na Câmara de São Paulo, na terça-feira (10), o risco de demissões e cortes salariais em Santo Amaro e Cidade Ademar. A assembleia tratou da transição do contrato de gestão da rede local do SUS. O sindicato dos enfermeiros pediu mediação ao Ministério Público do Trabalho.

Ação contra diabetes

A Câmara Municipal de São Paulo realizou na terça-feira (10/11) uma ação gratuita de prevenção e rastreamento do diabetes. A iniciativa, idealizada pelo vereador Thammy Miranda (PSD), teve como objetivo ampliar o acesso da população a informações sobre a doença e ainda incentivar a busca por avaliação para o diagnóstico precoce.

Rios e Ruas em pauta

A Câmara Municipal de São Paulo sediou o encerramento das Expedições Rios e Ruas de 2026. O calendário do projeto previu dez passeios gratuitos, a pé ou de bicicleta, para mostrar à população rios e córregos por várias regiões da capital. A primeira expedição percorreu a bacia do Rio Pinheiros. A vereadora Renata Falzoni apoiou o projeto.

MOZART GOMES / CÂMARA MUNICIPAL DE SP



Ricardo Mello Araújo (PL), pediu ao Ministério Público que apure

Vice-prefeito de SP aciona MP por verba da Virada Esportiva

Pedido lista 12 entidades procuradas e R$ 21,2 milhões em acordos firmados

Da **Redação**

O vice-prefeito de São Paulo, Mello Araújo (PL), pediu ao Ministério Público de São Paulo (MP-SP) que apure possíveis irregularidades nas parcerias da Virada Esportiva de 2026. A representação foi encaminhada na terça-feira (10) e questiona a contratação e a execução de serviços que somam cerca de R$ 21,2 milhões. Os acordos foram firmados pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

Segundo o documento, a equipe do vice-prefeito não encontrou seis atividades nos locais em que estavam previstas. O gabinete visitou endereços informados por organizações contratadas e relatou que 12 delas não foram localizadas. As parcerias com essas entidades somavam R$ 15,78 milhões entre valores pagos e repasses previstos, cerca de três quartos do total empenhado para o evento.

As visitas ocorreram entre outubro e novembro. Em parte dos endereços cadastrados como sedes, a equipe encontrou residências, comércios e templos religiosos. Uma das entidades citadas na representação tinha uma parceria de R$ 5,39 milhões para a gestão do evento e informou como sede um imóvel residencial em Perdizes, na zona oeste, segundo o gabinete.

O vice-prefeito também questionou uma parceria de R$ 1,67 milhão para atividades da Arena Praia. O documento estimou em R$ 72 mil o custo de mercado da locação de 20 caiaques e dez pranchas de stand-up paddle. A estimativa se refere aos equipamentos, enquanto o valor da parceria abrange a programação da arena.

A representação pede a abertura de um procedimento de investigação e a análise de medidas cautelares, entre elas o bloqueio de bens para eventual ressarcimento. O documento solicita ainda a íntegra dos processos administrativos, extratos bancários das parcerias e comprovantes das despesas. Mello Araújo disse que também encaminharia o material à Controladoria-Geral do Município e ao prefeito Ricardo Nunes (MDB).

A Prefeitura informou em resposta que vai apurar os apontamentos e afirmou que as atividades náuticas ocorreram em quatro locais da cidade, com registros públicos. A secretária de Esportes e Lazer, Érika Coimbra, rejeitou a suspeita de desvio de recursos. Nesta quarta-feira (11), Nunes afirmou que o vice deveria ter consultado a secretaria.

CORREIO DE CAMPINAS

POR **RAQUEL VALLI**

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS



Comissão de Constituição e Legalidade do Legislativo campinense

Câmara debate mudanças na lei para adequação à Reforma Tributária

A Câmara Municipal realiza nesta quinta-feira (12), às 14h, audiência pública para discutir a proposta do Executivo que adapta a Lei Orgânica às mudanças da Reforma Tributária. A proposta prevê alterações nas regras municipais de arrecadação, administração e distribuição de impostos para adequar o município ao novo Sistema Tributário Nacional. Entre as principais medidas está a incorporação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá gradualmente tributos como o ISS e o ICMS. O texto também estabelece a participação de Campinas na gestão compartilhada do novo imposto, cuja administração ficará a cargo de um comitê gestor com representantes dos entes federativos. Pela proposta, Campinas poderá definir sua própria alíquota do IBS por meio de lei específica, respeitados os limites constitucionais. O projeto também atualiza os critérios de distribuição das receitas entre os municípios.

IPTU

A divisão de parte dos recursos deverá considerar população, indicadores de aprendizagem e equidade educacional, preservação ambiental e repartição igualitária entre as cidades paulistas. A proposta inclui na Lei Orgânica a possibilidade de o Executivo atualizar a base de cálculo do IPTU, desde que observe critérios estabelecidos previamente em legislação municipal. Outra mudança amplia as finalidades da Contribuição para o Custeio, a Expansão e a Melhoria do Serviço de Iluminação Pública (Cosip).

IPVA

Quanto à mudança que amplia as finalidades da Cosip, especificamente, ela permite o uso dos recursos em sistemas de monitoramento destinados à segurança e à preservação de espaços públicos. O texto mantém as regras atuais do ISS durante a transição, com revogação prevista para 1º de janeiro de 2033. Também atualiza dispositivos sobre o IPVA, incluindo a participação dos municípios na arrecadação relativa a veículos aquáticos e aéreos. Segundo a Prefeitura, as mudanças não criam benefícios fiscais nem implicam renúncia de receitas.

RAFAEL LIMA/CORREIO DA MANHÃ



Sede do Poder Legislativo de Campinas, na Ponte Preta

Como participar

A audiência é gratuita e aberta ao público. Será realizada no Plenário da Câmara, na Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66, no bairro Ponte Preta, com transmissão pela TV Câmara e pelo canal da Casa no YouTube (tvcamaracampinas). A população poderá participar da discussão tanto presencialmente, quanto enviando mensagens pelo portal do Legislativo (www.campinas.sp.leg.br)

PINGA-FOGO

Referência?

A visita da comitiva da Secretaria de Mobilidade Urbana (Semurb) de Barueri à sede da Emdec (autarquia responsável pelo trânsito e pelo transporte público de Campinas) retrata o contraste da gestão viária local. Se a intenção era absorver a expertise campineira em engenharia semafórica e fiscalização eletrônica, a viagem cumpriu o objetivo.

Boa de multas

A autoridade local demonstra eficiência administrativa na aplicação de penalidades no controle de tráfego (multas). O problema surge quando a busca por modelos de sucesso mira o sistema de transporte coletivo. Neste campo, a mobilidade acumula gargalos que desafiam o discurso de excelência na cidade.

Qualidade duvidosa

O histórico expõe um cenário em que doze coletivos foram consumidos por incêndios apenas este ano. A rotina de quem depende dos ônibus envolve quebras constantes, superlotação, longas esperas e elevadores inoperantes. Houve, inclusive, autorização emergencial para o transporte alternativo operar linhas diante de atrasos crônicos.

Inócuo

A incapacidade estrutural ocorre a despeito de repasses públicos milionários e da pesada cobrança municipal. As autuações aplicadas às concessionárias por descumprimento de horários superam R$ 15 milhões, abatidos dos subsídios. O mecanismo pune, mas não resulta em conforto ou regularidade do sistema ao usuário.

Cancelamento pelo TCE

A incerteza jurídica completa o quadro. A licitação bilionária acabou cancelada pelo Tribunal de Contas por falhas econômicas no edital. Para impedir o colapso, o Legislativo prorrogou os contratos. A reorganização depende da nova concorrência em dezembro, que inclui a gestão do sistema de BRT.

Ilusão sobre rodas

Referência restrita ao tráfego viário, Barueri encontrou em Campinas um exemplo funcional de articulação tecnológica para a gestão viária. Mas, levar a ilusão de que a gestão campinense representa referência no transporte público exige ignorar a realidade enfrentada diariamente por passageiros locais.

SILVANA GARZARO



Obra retrata a trajetória de Quércia desde as origens no interior paulista

Biografia de Quércia será lançada dia 26 em Campinas

Obra em dois volumes detalha trajetória do ex-governador de SP

Da **Redação**

O teatro do Centro de Convivência Cultural de Campinas "Carlos Gomes" sediará, em 26 de novembro de 2026, às 19h, o lançamento da biografia de Orestes Quércia (1938-2010). A entrada é gratuita, aberta ao público e conta com o suporte institucional da Secretaria de Cultura e Turismo da prefeitura.

A obra conta com dois volumes. O primeiro, intitulado Orestes Quércia — De Igaçaba-Pedregulho a Campinas, foi escrito pelo historiador Jorge Alves de Lima, ex-presidente da Academia Campinense de Letras (ACL), e conta com prefácio do ex-presidente da República, Michel Temer (MDB). Abrange os primeiros anos do biografado no interior paulista, a transferência para Campinas, a atuação no rádio e na imprensa escrita, além dos passos iniciais na vida pública. Retrata os mandatos no Poder Legislativo municipal e estadual, a chefia do Executivo campineiro e a vitória para o Senado Federal em 1974, pelo MDB, durante a ditadura militar.

A pesquisa apoia-se em documentos de época, imagens históricas e relatos inéditos. Já o percurso à frente da Prefeitura de Campinas a partir de 1969 é escrito em tom analítico. Traz o testemunho de Alves de Lima, que também foi ex-presidente do MDB local e companheiro de Quércio desde 1958, época em que se conheceram em uma academia de musculação na rua Barão de Jaguara.

Naquela fase, Quércia conciliava o curso de Direito, as transmissões radiofônicas e o trabalho em um armazém da família.

O segundo volume, que recebeu o nome de "Do Senado ao Governo de São Paulo", é assinado por José Pedro Soares Martins. Foca na consolidação da liderança partidária e na gestão no Palácio dos Bandeirantes.

A edição traz prefácio assinado pelo prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP), também natural de Pedregulho. No texto, Saadi rememora o pleito municipal de 2020 e avalia o impacto da trajetória de seu conterrâneo no próprio itinerário público. "A história de Quércia, pela dimensão que alcançou, funcionou como referência concreta de que origem não limita destino.", escreve Saadi.

A obra reúne ainda registros sobre dinâmicas políticas de Campinas e do território paulista.

Unicamp-COP31: Brasil e Turquia lideram política pelo fim dos combustíveis fósseis

Unniversidade acompanha desdobramentos do novo mapa do caminho para a transição energética

KIARA WORTH / UN CLIMATE CHANGE



O diplomata André Corrêa do Lago transmite a presidência da COP30 ao novo líder da COP31, o ministro do Meio Ambiente, Murat Kurum, em Antália, na Turquia

Por **Moara Semeghini**

A cerimônia de abertura da COP31 marcou uma virada estratégica na diplomacia climática global, concentrando esforços internacionais em transformar promessas em ações práticas para o abandono gradual dos combustíveis fósseis. Os discursos do embaixador brasileiro André Corrêa do Lago e do ministro turco Murat Kurum convergiram na urgência de estruturar planos nacionais realistas de transição energética. A cobertura dos debates e a projeção da ciência brasileira na conferência contam com a presença da assessora da Diretoria Executiva de Sustentabilidade da Unicamp e embaixadora do movimento Mulheres pelo Clima e Biodiversidade, Patrícia Mariuzzo.

A abertura oficial em Antália marcou também a transferência da liderança das conferências climáticas da ONU, momento em que André Corrêa do Lago, que esteve à frente da COP30, transmitiu formalmente os trabalhos à nova presidência compartilhada da COP31. Em seu pronunciamento, o diplomata enfatizou o peso do protagonismo brasileiro no cenário internacional e destacou a atuação de quadros técnicos e políticos do país, com menção honrosa à diretora-executiva Ana Toni e à ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

A cúpula internacional, que contou com a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua primeira agenda internacional após o pleito eleitoral, foi marcada por forte aclamação diplomática. Em uma das sessões mais concorridas, Marina Silva foi ovacionada de pé pelos delegados globais, ratificando a relevância da política ambiental brasileira no tabuleiro geopolítico.

É sob este cenário de prestígio político que a gestão brasileira apresentou a principal contribuição diplomática do encontro: o Mapa do Caminho Internacional sobre a Transição para o Afastamento do Uso de Combustíveis Fósseis. O documento serve como um guia prático para que as nações elaborem seus próprios roteiros de transição, atuando no controle da demanda energética, na reestruturação da oferta e na redução da dependência econômica do petróleo, carvão e gás.

Em consonância com a proposta brasileira, a presidência turca anunciou a Agenda de Ação para a Eletrificação, que estabelece a meta “35 até 35”: elevar a participação da eletricidade no consumo mundial de energia de 23% para 35% até 2035. O alerta sobre a urgência do tema foi reforçado pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, que classificou a dependência dos fósseis como um passivo econômico insustentável.

Acompanhando de perto os desdobramentos de Antália, a enviada da Unicamp, Patrícia Mariuzzo, tem integrado painéis decisivos como o International Transport Pavilion e o Higher Education for Climate Action Pavilion. Na agenda, destaca-se a apresentação do HIDS Unicamp (Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável) como um território de inovação voltado à ação climática prática. A missão conecta a pesquisa científica produzida em Campinas às discussões mundiais sobre financiamento e segurança energética, enfrentando gargalos como a necessidade de redes elétricas eficientes e o barateamento de crédito para tecnologias limpas.

Com informações do Portal Unicamp

Campinas tem 17 casos de mpox em 2026; veja como identificar a doença

Por **Moara Semeghini**

Campinas totaliza 17 casos de mpox neste ano, segundo atualização da Secretaria Municipal de Saúde desta quarta-feira, 11 de novembro. Durante todo o ano passado, foram registrados 20 casos da doença. Não há registro de óbitos pela doença no município. Confira a série histórica: 2022 - 96 casos; 2023 - 1 caso; 2024 - 22 casos; 2025 - 20 casos; 2026 - 17 casos (até 11/11).

Entre os casos registrados neste ano, todos ocorreram em pessoas do sexo masculino. Quanto às faixas etárias, quatro pessoas têm entre 20 e 29 anos; 11, entre 30 e 39 anos; e duas, entre 40 e 49 anos. “Vem se observando um discreto aumento dos casos nas últimas semanas, seguindo a tendência de todo o Estado de São Paulo e Estado do Rio de Janeiro. Diante do cenário, nós lembramos a população que, caso apresentem lesões, principalmente na região genital, mas também em outras regiões do corpo, procurem atendimento médico”, explica a infectologista da Secretaria de Saúde de Campinas Valéria Almeida.

MAGNIFIC.COM



Campinas totaliza 17 casos de mpox neste ano, segundo a Secretaria de Saúde

O QUE É A MPOX?

A mpox é uma doença infecciosa causada pelo vírus MPXV, do gênero Orthopoxvirus. É considerada uma doença zoonótica. A maioria dos casos apresenta evolução leve a moderada. A transmissão ocorre principalmente por contato direto com: lesões ou erupções na pele de pessoa infectada; secreções corporais (pus, sangue das lesões, saliva); objetos contaminados (roupas, toalhas, lençóis, utensílios); contato próximo e prolongado com secreções respiratórias. O diagnóstico é realizado por exame laboratorial (teste molecular).

SINAIS E SINTOMAS

O período de incubação (tempo entre o contato com o vírus e o início dos sintomas) varia de 3 a 16 dias, podendo chegar a 21 dias. Os sinais e sintomas, em geral, incluem: erupções cutâneas ou lesões de pele; linfonodos inchados (ínguas); febre; dor de cabeça; dores no corpo; calafrio; fraqueza.

As lesões podem ser planas ou elevadas, com líquido claro ou amarelado, evoluindo para crostas que secam e caem. Podem surgir no rosto, mãos, pés, boca, genitais, ânus e outras partes do corpo.

CORREIO GRANDE CAMPINAS

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE HORTOLÂNDIA



Os itens devem ser acondicionados em garrafas PET para a entrega

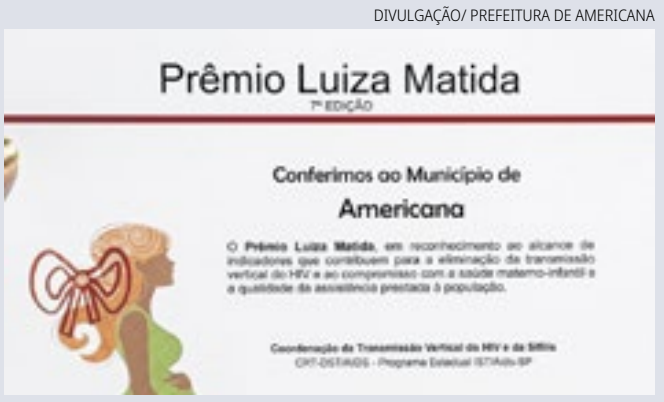
Hortolândia orienta sobre o descarte adequado de agulhas e resíduos

Hortolândia orienta moradores a descartar agulhas de canetas emagrecedoras e outros materiais perfurocortantes nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), nunca no lixo doméstico. Os itens devem ser acondicionados em garrafas PET antes da entrega às equipes das unidades.A recomendação foi reforçada após três coletores de resíduos domésticos sofrerem acidentes com materiais desse tipo. Segundo a Secretaria de Saúde, os trabalhadores receberam Profilaxia Pós-Exposição (PEP) e seguem em acompanhamento no Centro Especializado em Infectologia (CEI), com quadro estável. A orientação inclui seringas com agulhas, lancetas, escalpes e ampolas. As próprias canetas também devem ser descartadas separadamente. Em caso de acidente, a pessoa deve procurar o Hospital Municipal Mario Covas para a avaliação e teste rápido com encaminhamento ao CEI.

Americana é premiada por combate ao HIV

Americana conquistou o Prêmio Luiza Matida, concedido pelo Governo de São Paulo a municípios que se destacam na eliminação da transmissão vertical do HIV, da mãe para o bebê. A entrega da 7ª edição ocorreu nesta terça-feira (10), na capital. O reconhecimento considera indicadores de prevenção e assistência materno-infantil. Segundo a Prefeitura, o resultado é fruto do trabalho integrado da Vigilância Epidemiológica, Atenção Primária, maternidades, laboratórios e serviços especializados da rede municipal.

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE AMERICANA



O reconhecimento considera indicadores de prevenção e assistência

Paulínia aprova auxílio-moradia de até R$ 100 mi

A Câmara de Paulínia aprovou programa de apoio à compra da casa própria, com subsídio de até R$ 100 mil por família para reduzir a entrada ou complementar financiamentos. O investimento poderá chegar a R$ 60 milhões anuais. Para participar, é preciso morar no município há cinco anos, não possuir imóvel nem ter recebido benefício habitacional. A seleção priorizará famílias de menor renda e em vulnerabilidade social. O cadastro municipal será único, e os inscritos deverão manter os dados atualizados junto à Prefeitura.

Indaiatuba debate reforço na fiscalização

Vereadores de Indaiatuba apresentaram indicações sobre mobilidade urbana durante sessão da Câmara. Entre as propostas estão reforço na fiscalização de bicicletas e motos elétricas, ampliação da integração tarifária dos ônibus, instalação de semáforo e melhorias na sinalização para garantir segurança de pedestres e usuários do transporte público.Também foram discutidas propostas nas áreas de saúde, educação e meio ambiente.

Boletos de ISS a imóveis

Artur Nogueira envia boletos de ISS a imóveis com área construída divergente do cadastro municipal, após imagem de 2025. A cobrança refere-se a obras já executadas, não é novo tributo nem multa. O contribuinte pode contestar o valor com documentos ou comprovantes e solicitar parcelamento na Prefeitura de seg a sex das 8h às 17h.

Feira inédita Literária

Paulínia realiza, de 13 a 15 de novembro, sua Feira Literária no Espaço das Artes II, no Complexo do Rodoshopping. A programação reúne escritores locais, palestras, rodas de conversa, autógrafos, sarau, contação de histórias e troca de livros, com participação do poeta Fabrício Carpinejar e da escritora Elizabeth Dechauer.

Procon de Indaiatuba

O Procon de Indaiatuba orienta consumidores a pesquisar preços e verificar as condições das ofertas durante a Black Friday. O órgão recomenda exigir nota fiscal, conferir prazos de entrega e políticas de troca, além de guardar anúncios e comprovantes para evitar falsas promoções e garantir os direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor.

Remanejamento financeiro

A Câmara de Hortolândia aprovou o remanejamento de R$ 10,2 milhões do orçamento municipal para atender demandas das secretarias de Saúde, Serviços Urbanos e Cultura. A maior parte, R$ 9,8 milhões, será destinada à continuidade dos serviços de saúde. O restante custeará alimentação, manutenção de espaços públicos e equipamentos para a biblioteca.

Evento Gota d'Água 2026

Três escolas municipais de Cosmópolis foram destaque no evento Gota d'Água 2026, realizado em Jaguariúna. As unidades foram reconhecidas nas categorias desenho, vídeo e podcast, com trabalhos sobre gestão da água e conscientização ambiental, envolvendo estudantes da Educação Infantil ao Ensino Fundamental em 2026.

Biblioteca Municipal

O vereador Lucas Leoncine de Americana destinou R$ 21,2 mil, por meio de emenda impositiva ao orçamento de 2027, para a modernização da sala de eventos da Biblioteca Municipal Professora Jandyra Basseto Pantano, em Americana. O recurso será aplicado na compra de equipamentos e mobiliário, ampliando o conforto dos visitantes.

DIVULGAÇÃO/ DEFESA CIVIL RIO CLARO



Equipes trabalham na limpeza, retirada de árvores e liberação de vias

Vendaval mobiliza uma força-tarefa regional em Santa Bárbara d'Oeste

Operação ocorre em cinco cidades, com ações de limpeza e recuperação de áreas

Da **Redação**

A mobilização de equipes de cinco municípios e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) reforça os trabalhos de recuperação de Santa Bárbara d'Oeste. A operação reúne órgãos municipais, Defesas Civis e voluntários em ações de limpeza, remoção de árvores e desobstrução de vias após o vendaval que atingiu a cidade no sábado (7).

Participam da mobilização equipes de Americana, Indaiatuba, Vinhedo, Rio Claro e Nova Europa. O apoio começou a ser ampliado na segunda-feira (9), com a chegada de profissionais de Indaiatuba e Americana. Na terça-feira (10), equipes de Vinhedo, Rio Claro e Nova Europa, além do DER, também passaram a atuar no município.

Segundo a Prefeitura, o vendaval provocou a queda de aproximadamente 500 árvores e ocorrências em mais de 150 locais. Também foram registrados danos em telhados, muros e fiação, além de pontos de alagamento. Os trabalhos municipais envolvem a Defesa Civil, a Guarda Civil Municipal, o Departamento de Água e Esgoto (DAE) e as secretarias de Obras e Serviços Urbanos e de Meio Ambiente, além de voluntários.

A atuação inclui a retirada de árvores e galhos, a limpeza de áreas públicas e a desobstrução de vias. O Parque dos Ipês foi fechado para serviços de limpeza e avaliação das condições de segurança. A falta de energia elétrica chegou a afetar pontos do sistema de abastecimento de água, mas o DAE informou posteriormente a regularização do serviço. Os danos estruturais também levaram à suspensão da Feira das Nações.

A participação de Americana e Indaiatuba ocorre no âmbito da Força-Tarefa de Defesa Civil da Região Metropolitana de Campinas. Já a Prefeitura de Vinhedo informou que sua equipe integra a articulação de apoio regional e estadual, por meio da Força-Tarefa Estadual da Defesa Civil. O DER também passou a integrar os trabalhos, ampliando a presença de órgãos estaduais na operação.

A mobilização reúne, portanto, estruturas municipais e estaduais para atender às áreas afetadas e restabelecer as condições de segurança e circulação no município. Até o momento, as informações divulgadas pelas prefeituras não detalham o volume de recursos e equipamentos disponibilizados pelo DER nem o prazo previsto para a conclusão dos serviços no município.

CORREIO DAS REGIÕES

MARCELO CAMARGO/ARQUIVO AGÊNCIA BRASIL



Operação contra fraude bilionária em Sorocaba

Combustíveis: Operação contra fraude de R$ 5,5 bi mira Sorocaba

Sorocaba (SP) foi um dos alvos de uma grande operação deflagrada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro na última quarta-feira (11). A ação mirou um esquema de sonegação de impostos e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis, que causou prejuízo estimado em R$ 5,5 bilhões aos cofres públicos. Com apoio da Polícia Civil paulista, as equipes cumpriram mandados de prisão e de busca e apreensão em Sorocaba, na capital fluminense e em outras cidades do interior de São Paulo. Conforme apurado, os alvos da investigação incluem empresários e parentes ligados a um grupo econômico do setor de refinaria. Segundo o MP, a rede usava empresas de fachada para suprimir tributos desde a compra de derivados de petróleo até a venda nos postos. Os documentos e eletrônicos apreendidos nos endereços sorocabanos serão analisados para rastrear o caminho do dinheiro ilícito.

CPI da Santa Casa de São Roque

A CPI da Santa Casa na Câmara de São Roque deu sequência aos trabalhos com oitivas sigilosas. Ontem, dia 11, ocorreu a primeira sessão para ouvir três profissionais da saúde sobre a prestação de serviços obstétricos e neonatais, ligada a um óbito de 29 de setembro. Nesta quinta-feira (12), às 14h, acontece a segunda etapa, com o depoimento de duas profissionais convocadas para prestar esclarecimentos sobre a assistência neonatal e pediátrica relativa a um atendimento iniciado em 24 de setembro.

DIVULGAÇÃO



CPI da Santa Casa em São Roque avança com início de oitivas

Idosa de Sorocaba cai em falso golpe

Uma idosa de 71 anos, moradora de Sorocaba (SP), foi vítima de um golpe virtual praticado por um criminoso que fingia ser o bilionário Elon Musk. O golpista manteve contato com a vítima alegando um suposto relacionamento amoroso e solicitando ajuda financeira. A idosa sofreu um prejuízo registrado de R$ 10 mil, valor que utilizou na compra de cartões-presente da Apple a pedido do estelionatário. A Polícia Civil investiga o caso para identificar o autor e alerta sobre o aumento de fraudes amorosas enviadas a idosos nas redes.

Sorocaba: Ex-padrasto é condenado a 30 anos

O ex-padrasto acusado de matar a influencer Carol Pascuin, em Sorocaba, foi condenado a 30 anos de prisão na última terça-feira (10) em júri popular. O crime ocorreu em novembro de 2021, quando a vítima de 24 anos foi achada morta em seu apartamento. A investigação apontou que ele monitorava obsessivamente a rotina dela antes do assassinato. A defesa não foi localizada para comentar a sentença final.

UFSCar abre vagas no CEC

UFSCar Sorocaba abriu inscrições, até 22 de novembro, para selecionar educadores voluntários para o Cursinho Pré-Universitário Educação e Cidadania em 2027. Há vagas em diversas áreas do conhecimento para turmas noturnas e aos sábados. A seleção inclui formulário on-line, entrevista e apresentação de plano de aula no campus.

Dengue: Queda nos casos

Sorocaba registra queda drástica nos casos de dengue e nenhum óbito em 2026. O cenário positivo contrasta com os anos anteriores, quando a cidade teve 31 mortes em 2025 e um recorde de 48 mortes em 2024. A Prefeitura mantém campanhas de prevenção e vacinação contra a doença em todas as unidades de saúde da rede pública.

Câmara de Sorocaba

A vereadora Tatiane Costa (PL) foi denunciada ao Ministério Público por suposta apologia à tortura após apresentar, na Câmara, voto de congratulação ao livro em exaltação a Carlos Alberto Brilhante Ustra. A representação pede apuração das declarações. A vereadora Iara Bernardi (PT) também propôs barrar a prática no Código de Ética.

Free flow: Pagamento

Motoristas têm até segunda-feira (16) para quitar pendências em pedágios free flow sem incidência de multa, após suspensão temporária determinada pelo Ministério dos Transportes. O governo enviará alertas via WhatsApp. Na região de Sorocaba, os pórticos ficam na Rodovia Raposo Tavares, em São Roque, Alumínio e Araçoiaba da Serra.

Crise na Santa Casa

Santa Casa de Itapeva admitiu uma dívida estimada em R$ 47 milhões e alerta que poderá reduzir atendimentos. O hospital alega falta de reajuste nos repasses federais do SUS e convocou os prefeitos dos 28 municípios atendidos pela instituição para uma reunião decisiva na próxima quarta-feira (18), buscando apoio financeiro urgente.

Contrabando em Quadra

A Polícia Rodoviária apreendeu cerca de R$ 200 mil em mercadorias contrabandeadas na Rodovia Castello Branco, em Quadra. Durante a abordagem a um veículo com placas do Paraguai, os agentes encontraram sete caixas de cigarros eletrônicos sem nota fiscal. O motorista foi preso em flagrante e levado à Polícia Federal de Sorocaba.

REPRODUÇÃO/FACEBOOK



TJSP autoriza inquérito criminal contra Manga por merenda

Justiça libera investigação contra Manga no caso merenda

MP apura irregularidade em contrato de 2021 na merenda em Sorocaba.

Por **Fabrício Rocha**

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) autorizou a abertura de inquérito policial contra o prefeito de Sorocaba, Rodrigo Manga, para apurar eventuais crimes cometidos na contratação emergencial do serviço de merenda escolar ocorrida em 2021. A decisão acolhe o pedido formulado pelo Ministério Público Estadual, que busca investigar suspeitas de superfaturamento, direcionamento e dispensas indevidas de licitação durante a contratação do consórcio responsável por abastecer a rede de ensino do município.

Ainda, conforme o documento, os promotores destacam que a manobra emergencial que custou R$ 13,8 milhões aos cofres da prefeitura logo no início do mandato. A acusação aponta que o processo administrativo formalizado na época pode ter sido utilizado para contornar exigências legais de concorrência pública, favorecendo prestadores específicos com valores superiores aos praticados no mercado.

Por envolver autoridade com foro privilegiado, o prosseguimento das diligências criminais dependia do aval da Segunda Câmara de Direito Criminal do TJSP. O desembargador relator acolheu os indícios apresentados pela acusação e permitiu o avanço da apuração policial. No entanto, o tribunal indeferiu a solicitação de afastamento cautelar do cargo exercido pelo prefeito, entendendo que as providências de coleta de provas podem ser conduzidas sem a necessidade de retirar o gestor da administração municipal.

Não é a primeira vez que o contrato emergencial da alimentação escolar vira alvo dos órgãos de controle. O procedimento já havia gerado desdobramentos na esfera cível através de ações por improbidade administrativa. Agora, com a validação do tribunal paulista, a Polícia Civil poderá intimá-lo a depor, determinar perícias contábeis nos documentos do certame e cruzar dados financeiros entre a administração e as prestadoras.

Em nota, a assessoria do prefeito alega que a contratação seguiu todos os ritos vigentes para garantir a continuidade da alimentação aos alunos e afirma que demonstrará a lisura dos atos. O processo criminal segue em andamento e novas oitivas de testemunhas e servidores municipais devem acontecer.

CORREIO ECONÔMICO

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Regra permitirá cálculo por estimativa e ajustes posteriores

Governo apresentará texto que facilita adaptação à reforma

O governo federal vai encaminhar ao Congresso Nacional uma proposta para criar uma regra de transição na cobrança da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), novo tributo federal da reforma tributária. A medida permitirá que as empresas façam um cálculo estimado do imposto nos primeiros meses de vigência do sistema e realizem ajustes posteriormente, reduzindo dificuldades na adaptação às novas regras.

O anúncio foi feito nesta quarta-feira (11) pelo secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

De acordo com o secretário, a proposta busca dar mais segurança aos contribuintes durante a migração para o modelo de crédito vinculado ao pagamento e para o sistema de split payment – mecanismo que vincula o aproveitamento de créditos tributários ao efetivo recolhimento do tributo na operação.

Saques da poupança superam depósitos

Os saques da caderneta de poupança superaram os depósitos em R$ 8,88 bilhões em outubro, informou o Banco Central. No mês passado, foram depositados R$ 341,49 bilhões e retirados R$ 350,37 bilhões. Os rendimentos creditados somaram R$ 6,32 bilhões. Com isso, o saldo total da aplicação encerrou o mês em R$ 1,01 trilhão, segundo relatório divulgado nesta quarta-feira (11) pela autoridade monetária. O resultado foi melhor que o registrado em setembro, quando a retirada líquida somou R$ 9,35 bilhões.

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Retirada líquida acumula R$ 75,3 bi nos dez primeiros meses

Governo anuncia medidas de ajuste econômico

O governo federal prepara um pacote de medidas de ajuste fiscal com potencial de gerar uma economia entre R$ 50 bilhões e R$ 60 bilhões em 2027. A proposta foi apresentada nesta quarta-feira (11) pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), no Congresso Nacional.
As medidas serão reunidas em um projeto de lei complementar (PLP), negociado com lideranças do Senado. O objetivo é reforçar o controle das despesas.

Aporte de 100 mi de euros em bioeconomia

O Banco do Brasil (BB) e o banco de desenvolvimento alemão KfW avançaram na estruturação de nova operação de financiamento de 100 milhões de euros para fortalecer cadeias produtivas sustentáveis da bioeconomia, com foco na Amazônia. A iniciativa foi anunciada nesta quarta-feira (11), durante a COP31, por meio de declaração conjunta da Cooperação Financeira Brasil–Alemanha.

Plataforma do MDIC

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) lançou nesta terça-feira (10) duas plataformas digitais para facilitar o comércio exterior e a entrada de investimentos no país. A Conecta Brasil–União Europeia (UE) reúne informações para empresas interessadas em acessar o mercado europeu.

Dólar sobe 1,46%

O dólar disparou na terça (10), avançou para perto de R$ 5,60 e fechou no maior valor em mais de 15 meses. A moeda estadunidense subiu 1,46%, pressionada pela inflação acima do esperado nos Estados Unidos, que reforçou a perspectiva de juros mais altos na maior economia do planeta. No mercado acionário, o Ibovespa caiu 0,52%.

Petróleo recua

Os contratos futuros do petróleo fecharam em queda pela segunda vez consecutiva. Referência para as negociações internacionais, o barril do tipo Brent para janeiro recuou 1,17%, a US$ 91,49. Negociado nos Estados Unidos, o WTI para dezembro caiu 0,93%, para US$ 86,04 por barril. Os preços foram pressionados pela valorização do dólar.

Lucro de R$ 39,8 bilhões

A Petrobras atingiu lucro líquido de R$ 39,8 bilhões no 3º trimestre de 2026, que corresponde a alta de 21,5% na comparação com o mesmo período de 2025. O balanço divulgado pela companhia na terça (10) informa que o fluxo de caixa operacional alcançou R$ 61,8 bilhões (US$ 12 bilhões), um crescimento de 15% em doze meses.

Faturamento da indústria

O faturamento da indústria de transformação cresceu 0,8% em setembro, mas o resultado recupera apenas parte das perdas registradas nos dois meses anteriores. Em julho, o indicador caiu 2,1% e, em agosto, recuou 3,8%. Os dados são dos Indicadores Industriais, divulgados pela Confederação Nacional da Indústria na quarta-feira (11).

Setor de serviços

O setor de serviços, o que mais emprega na economia, variou -0,1% na passagem em setembro, na comparação com agosto. O resultado foi impactado negativamente principalmente pelas atividades de transportes e de informação e comunicação. O desempenho revela variação também de -0,1% em relação a setembro do ano passado.

PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL



No acumulado do ano, foram produzidos 2,420 milhões de autoveículos

Produção de veículos ultrapassa 250 mil unidades

Dados de outubro foram divulgados pela Anfavea nesta quarta-feira (11)

Da **Redação**

A produção de veículos no Brasil – automóveis, ônibus e caminhões – somou 254,5 mil unidades em outubro. O número representa 2,7% a mais do que em outubro de 2025. Na comparação com setembro, houve queda de 5,1%.

No acumulado do ano, foram produzidos 2,420 milhões de autoveículos, cerca de 180 mil unidades a mais do que no mesmo período do ano passado.

Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (11) pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Segundo o balanço, as vendas no mercado interno avançaram 1,8% em outubro deste ano ante o mesmo mês de 2025, alcançando os 265,5 mil autoveículos.

Na comparação com o mês anterior, houve queda de 5,6% nas vendas. No acumulado do ano, a alta foi de 16,1%, com 2,522 milhões de unidades comercializadas.

A Anfavea apurou que esse resultado foi puxado principalmente pelos automóveis e comerciais leves.

Os emplacamentos dessas categorias avançaram 17,3%, ao passar de 2,057 milhões para 2,412 milhões de unidades. Já o segmento de caminhões e ônibus recuou 4,4% (109,4 mil unidades).

A entidade, entretanto, demonstra preocupação com as exportações que apresentaram queda e as importações que subiram. Isso ampliou o desequilíbrio comercial e levou ao déficit de 157,6 mil unidades nos dez primeiros meses de 2026, após o superávit registrado no mesmo período de 2025.

Em outubro, os embarques de veículos para o exterior somaram 29,1 mil unidades, queda de 28,3%, na comparação com outubro de 2025. Em relação a setembro, a redução foi de 26,9%. No acumulado do ano, a queda chega a 23,5%, com 363,1 mil remessas.

Segundo a Anfavea, o desempenho reflete a perda de participação dos fabricantes instalados no Brasil nos mercados vizinhos, sobretudo para produtos provenientes da Ásia e do México. “A Argentina, historicamente o principal destino das exportações brasileiras, também enfrenta retração do mercado interno, o que afeta diretamente os embarques nacionais.”

Em outubro, 56,7 mil veículos foram importados, crescimento de 22,3% em relação ao mesmo mês de 2025.

CORREIO ESPORTIVO

POR **HENRIQUE FERRO**

RODRIGO COCA/AGÊNCIA CORINTHIANS



Gerente de futebol Júlio César evitou indicar prazo para quitar os débitos

Corinthians segue sem prazo para quitar salários atrasados do elenco

O Corinthians ainda não definiu quando pagará os salários de outubro, atrasados para jogadores, comissões técnicas e funcionários. Os vencimentos deveriam ter sido quitados até o quinto dia útil de novembro, mas não foram depositados no prazo. A pendência atinge os elencos masculino e feminino. Além dos salários, o time masculino acumula três meses de direitos de imagem em atraso, além de valores de férias e premiações. No feminino, há prêmios pendentes. Em entrevista, o gerente de futebol Júlio César evitou prever quando os débitos serão quitados. Ele afirmou que conversa com o presidente Osmar Stabile e que a diretoria trabalha para solucionar as pendências. O dirigente prefere aguardar a disponibilidade dos recursos antes de indicar uma data e destacou o comprometimento dos atletas, que seguem treinando sem reclamar dos atrasos.

Vôlei Renata encara o Cruzeiro no Taquaral

O Vôlei Renata recebe o Sada Cruzeiro nesta sexta-feira (13), às 18h30, no Ginásio do Taquaral, em Campinas, pela Superliga Masculina 2026/2027. A equipe campineira chega ao confronto após vencer o Sesi Bauru por 3 sets a 0, na segunda-feira (9), em casa. O time mineiro também vem de vitória: superou o Norde Vôlei por 3 a 0, na terça-feira (10), em Fortaleza. A partida terá transmissão do SporTV 2. O duelo faz parte da sequência de compromissos de novembro do Campinas, que volta a jogar em casa no dia 20, contra o Monte Carmelo.

PEDRO TEIXEIRA/VÔLEI RENATA



Campineiros recebem o Cruzeiro nesta sexta-feira, em Campinas

Paulistão 2027 seguirá com o formato atual I

O Paulistão 2027 terá 16 clubes e oito jogos na primeira fase. O formato mantém a tabela única, sem divisão em grupos, e os confrontos foram definidos por sorteio. Os oito melhores avançam às quartas de final, enquanto os dois últimos serão rebaixados à Série A2. As quartas e as semifinais estão previstas em partidas únicas, com mando do melhor colocado. O torneio começa em 10 de janeiro e termina em 7 de março. A principal mudança será o intervalo, ampliado de 15 para 18 minutos. A final em ida e volta ainda depende do calendário.

Paulistão 2027 seguirá com o formato atual II

Entre os representantes da região, o Guarani enfrentará Santos, Palmeiras, Bragantino, Ferroviária, Noroeste, Botafogo-SP, Mirassol e Primavera. O Primavera também enfrentará Corinthians, Palmeiras, Capivariano, Noroeste, São Bernardo, Botafogo-SP, Mirassol e Guarani. A tabela final com datas, horários e mandos ainda será divulgada pela Federação Paulista de Futebol.

Janeth inspira jovens I

Janeth Arcain esteve em Americana na noite de terça-feira (10), em encontro no ginásio Poliesportivo Mário Antonucci. A atividade reuniu jovens e adultos para conhecer uma das principais referências nacionais do basquete feminino brasileiro. A ex-jogadora também apresentou medalhas olímpicas conquistadas na carreira.

Janeth inspira jovens II

Durante a conversa, Janeth compartilhou experiências da carreira e ressaltou a importância do esporte na formação de crianças e jovens. A ex-atleta incentivou os participantes a acreditarem nos próprios objetivos. O encontro também teve momentos de interação com o público e troca de experiências entre gerações.

Janeth inspira jovens III

A atividade integrou o Circuito Sesc de Esportes, que leva ações a municípios do interior, litoral e Grande São Paulo sem unidades do Sesc. O evento teve apoio da Prefeitura de Americana e do Sincomercio. Participaram o vice-prefeito Odir Demarchi, o vereador Lucas Leoncine e Victor Fernandez, presidente da entidade.

Judô de Hortolândia I

A equipe de judô de Hortolândia conquistou o sétimo lugar na classificação geral da Copa 8º Oeste, disputada em Leme. Representado por atletas do Projeto Escolinhas Esportivas da Prefeitura, o município participou da competição com 20 judocas, entre 30 cidades participantes, encerrando o calendário oficial de 2026.

Judô de Hortolândia II

Na disputa individual, Hortolândia conquistou seis medalhas de ouro, com Ana Carolina, Alexandra Takahachi, Nicolas Sakalauska, Raphael Blanco, Vanessa Bargas e Yasmin Alcântara. Outros cinco atletas ficaram com a prata, enquanto quatro judocas garantiram o bronze em diferentes categorias da competição.

Judô de Hortolândia III

O município também contou com cinco atletas que participaram da competição sem conquistar medalhas. O judô integra o Projeto Escolinhas Esportivas, que oferece gratuitamente 25 modalidades para diferentes idades em espaços da cidade. Segundo a Secretaria de Esporte e Lazer, a iniciativa soma oito mil atendimentos.

RAPHAEL SILVESTRE/GUARANI FC



Executivo de futebol confirmou avanço nas contratações do Bugre

Guarani prepara montagem do elenco para a temporada 2027

Carlos Frontini prevê ainda a redução dos gastos com o departamento de futebol

Da **Redação**

O Guarani já tem diversas contratações acertadas para a temporada de 2027. A informação foi confirmada pelo executivo de futebol Carlos Frontini, nesta quarta-feira (11), durante entrevista no evento da Federação Paulista de Futebol (FPF) que definiu os grupos do Campeonato Paulista.

Segundo o dirigente, o planejamento está adiantado, mas os nomes dos reforços ainda não foram divulgados. A reapresentação do elenco está marcada para 23 de novembro, quando começa a preparação para o Estadual.

A montagem do grupo será feita dentro de uma realidade financeira diferente. Depois de trabalhar com uma das folhas salariais mais altas da Série C em 2026, o Bugre pretende reduzir os custos do departamento de futebol.

Frontini reconheceu que a mudança interfere nas negociações e que alguns jogadores recusaram as condições apresentadas. A estratégia é buscar atletas mais jovens, com potencial de evolução e interessados em defender a equipe campineira.

"Tem que diminuir. A folha tem que diminuir. Trabalhar dentro da realidade do clube pode ser diferente. Você não pode vender um sonho que não vai conseguir alcançar", afirmou o executivo.

O objetivo é montar um elenco competitivo sem assumir compromissos acima do orçamento. Em 2027, o Guarani terá três competições no calendário: Campeonato Paulista, Copa do Brasil e Série C do Brasileiro.

Mesmo emprestado ao Criciúma até o fim da temporada, o técnico Umberto Louzer participa das decisões sobre a formação do elenco. De acordo com Frontini, os dois mantêm contato diário por vídeo e conversam sobre possíveis contratações e características dos atletas. O treinador também dialoga com integrantes da comissão técnica bugrina.

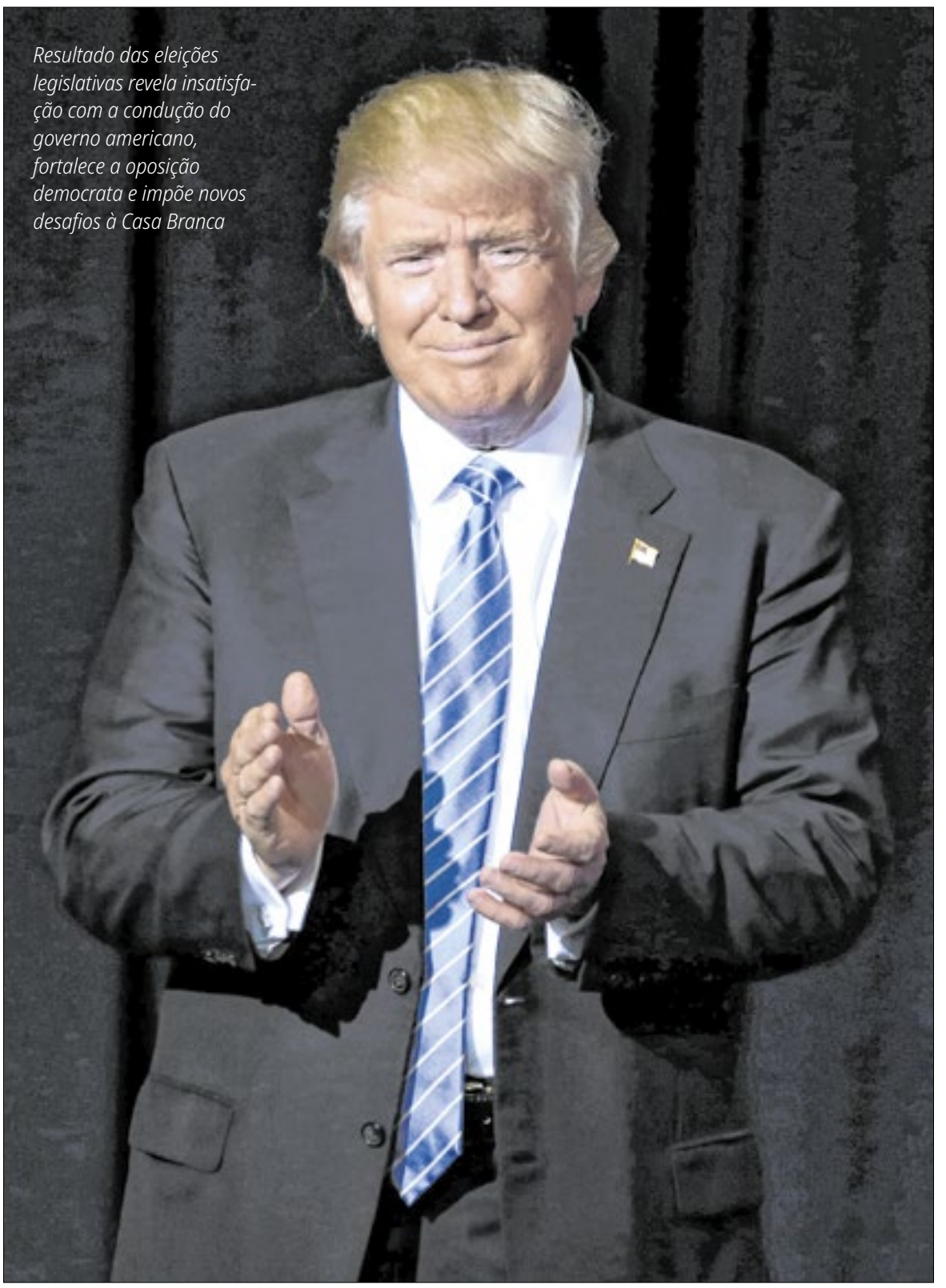
O executivo explicou que o planejamento segue como se Louzer estivesse no clube e que o empréstimo ao time catarinense ajudou a reduzir despesas. Sobre a votação da proposta de transformação do Guarani em Sociedade Anônima do Futebol (SAF), prevista para 19 de novembro, Frontini evitou projetar cenários e disse estar concentrado na montagem da equipe. A intenção é entregar um time competitivo dentro dos limites financeiros do clube.

Derrota dos republicanos nos EUA redesenha cenário político

A vitória histórica dos democratas expõe o desgaste de Donald Trump, avalia internacionalista

Por **Pedro Sobreiro**

GAGE SKIDMORE VIA WIKIMEDIA COMMONS



Resultado das eleições legislativas revela insatisfação com a condução do governo americano, fortalece a oposição democrata e impõe novos desafios à Casa Branca

A expressiva derrota do Partido Republicano nas eleições de meio de mandato dos Estados Unidos, realizadas em 3 de novembro, representa um dos momentos mais delicados do segundo governo de Donald Trump. Com a conquista do controle da Câmara dos Representantes e do Senado pelos democratas, o presidente americano passa a enfrentar um cenário de maior resistência institucional e pressão política.

Mais do que uma mudança na composição do Congresso, o resultado eleitoral evidencia o desgaste da administração republicana diante de uma parcela significativa da sociedade americana. A insatisfação com o custo de vida, os rumos da economia, a condução da política externa e o envolvimento dos Estados Unidos na guerra contra o Irã estiveram entre os fatores que influenciaram o comportamento do eleitorado.

Na avaliação da internacionalista Beatriz Passos, o resultado precisa ser interpretado para além da tradicional perda de apoio que presidentes americanos costumam enfrentar nas eleições de meio de mandato.

– É importante compreender que essa derrota não representa apenas uma alternância de forças no Congresso. O que estamos observando é uma manifestação significativa de insatisfação com os rumos do governo Trump. O eleitor americano está sinalizando que questões concretas, especialmente relacionadas à economia e à qualidade de vida, continuam tendo um peso decisivo, independentemente da força do discurso político – analisa Beatriz Passos.

A dimensão da derrota também chama atenção pelo avanço democrata em estados historicamente associados ao conservadorismo americano. O desempenho da oposição em territórios antes considerados seguros para os republicanos indica que a insatisfação ultrapassou os tradicionais grupos contrários ao presidente.

Para Beatriz, esse movimento pode representar um ponto de inflexão na relação entre Trump, o eleitorado e o próprio Partido Republicano.

– Donald Trump construiu uma liderança política muito vinculada à sua imagem pessoal e à capacidade de mobilizar uma base eleitoral fiel. Entretanto, essa eleição demonstra que a força dessa mobilização não é suficiente, por si só, para garantir a sustentação política do partido. Existe uma diferença entre manter uma base ideologicamente engajada e conseguir responder às expectativas de uma população que cobra resultados concretos – destaca.

O QUE MUDA PARA O GOVERNO TRUMP?

Com a nova configuração do Congresso, que tomará posse em janeiro de 2027, o presidente encontrará maiores obstáculos para aprovar propostas legislativas e conduzir sua agenda política.

O controle democrata das duas Casas também amplia a capacidade da oposição de promover investigações, convocar integrantes do governo para prestar esclarecimentos e fiscalizar decisões da administração federal.

Na prática, o resultado impõe limites institucionais a um governo que, até então, contava com maior alinhamento entre os poderes Executivo e Legislativo.

– O resultado das urnas não significa que Trump perde imediatamente sua capacidade de governar, mas altera profundamente as condições políticas em que ele exerce a Presidência. Um Congresso controlado pela oposição amplia os mecanismos de fiscalização e exige uma capacidade de negociação que nem sempre esteve no centro da estratégia política do presidente – explica.

A mudança no equilíbrio de forças em Washington pode influenciar debates sobre comércio internacional, política tarifária, relações diplomáticas e compromissos estratégicos assumidos pelo governo Trump.

E O BRASIL?

Para o Brasil, que mantém relações comerciais e diplomáticas relevantes com os Estados Unidos, o novo cenário exige atenção, especialmente diante das incertezas relacionadas à política econômica e às decisões de política externa americana.

– Quando há uma mudança dessa magnitude no equilíbrio político dos Estados Unidos, os efeitos não ficam restritos à política doméstica. Estamos falando de uma potência cujas decisões influenciam mercados, relações comerciais e negociações diplomáticas em diferentes regiões. Para o Brasil, será importante acompanhar como essa nova correlação de forças poderá interferir nas prioridades da política externa americana – avalia a internacionalista.

Embora as próximas eleições presidenciais americanas estejam previstas para 2028, o resultado de 2026 já coloca em discussão o futuro do Partido Republicano e a continuidade da influência política de Donald Trump.

A derrota também representa um desafio para os democratas, que precisam transformar a vitória eleitoral em capacidade de articulação política e apresentar respostas às demandas que impulsionaram seu crescimento nas urnas.

Para Beatriz, o principal significado dessas eleições está na mensagem transmitida pelo eleitorado.

– O resultado demonstra que nenhuma liderança política está imune ao desgaste provocado pela distância entre expectativas e resultados. A eleição de 2026 não define antecipadamente o cenário presidencial de 2028, mas estabelece um novo ponto de partida para a disputa política americana. Tanto republicanos quanto democratas precisam compreender o que levou o eleitor a produzir uma mudança dessa dimensão – conclui.

A nova configuração do Congresso americano deverá marcar os dois últimos anos do segundo mandato de Trump, em um ambiente de maior disputa institucional e de reavaliação das estratégias partidárias para o próximo ciclo eleitoral.

CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

DIVULGAÇÃO



Ao todo, operação do MPRJ teve 19 alvos de medidas judiciais

MPRJ divulga balanço de operação contra suspeitos de fraude

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) apresentou os resultados da Operação Caronte, deflagrada pelo Grupo de Atuação Especializada de Defesa da Integridade e Repressão à Sonegação Fiscal (GAESF/MPRJ), nesta quarta-feira (11). Foram cumpridos 10 mandados de prisão e 19 de busca e apreensão contra suspeitos de integrarem uma organização criminosa investigada por fraudes tributárias e lavagem de dinheiro envolvendo o grupo econômico da Refinaria de Manguinhos (Refit). De acordo com o procurador-geral de Justiça, Antonio José Campos Moreira, as investigações apuraram prejuízos aos cofres públicos estaduais da ordem de R$ 15 bilhões, considerando um período de cinco anos.
A pedido do MPRJ, a Justiça determinou medidas de constrição de bens e valores, incluindo contas bancárias e ativos virtuais, na ordem de R$ 5,6 bilhões.

Inea amplia boletins de balneabilidade

Entre os resultados ressaltados pelo PGJ estão a apreensão de dez veículos de luxo, avaliados em R$ 8 milhões, e duas aeronaves, estimadas em R$ 25 milhões. Também foram localizados aproximadamente R$ 100 mil em espécie, US$ 785,00 e € 4.495,00 em espécie, e ativos virtuais ainda não contabilizados, além de relógios, documentos e equipamentos eletrônicos. As diligências foram realizadas no Rio de Janeiro e em diferentes localidades do estado de São Paulo, com o apoio do Ministério Público paulista.

DIVULGAÇÃO/PCSP



Agentes da PF cumpriram mandados em São Paulo

Cooperação entre o MPRJ e a Sefaz-RJ

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz-RJ) auxiliaram a investigação. Antonio José destacou que a operação é resultado do aprofundamento da cooperação entre o MPRJ e a atual gestão da Sefaz-RJ, que permitiu o acesso a informações essenciais para identificar a estrutura das fraudes. A investigação aponta Ricardo Andrade Magro, principal controlador do grupo econômico, como líder da organização criminosa. Segundo o GAESF/MPRJ, ele se encontra foragido no exterior.

Investigação apontou núcleos de atuação

O coordenador do GAESF/MPRJ, Décio Alonso, explicou que as investigações identificaram três núcleos de atuação da organização: familiar, operacional e financeiro. Segundo ele, a estrutura permitia controlar etapas da cadeia de produção e comercialização de combustíveis, desde a importação de derivados de petróleo até a distribuição aos postos, com operações simuladas para evitar o recolhimento de tributos.

PL para lactantes

Um projeto de lei vai possibilitar candidatas de concursos públicos estaduais que amamentam bebês de até seis meses possam realizar as provas em locais próximos aos endereços residenciais declarados no ato da inscrição. A proposta é do deputado Rosenverg Reis (MDB), que será votada em segunda discussão nesta quinta-feira (12) na Alerj.

Dificuldades no trajeto

O texto amplia a Lei 8.355/19, que já assegura às mulheres lactantes o direito de amamentar durante as provas, e inclui também o acompanhamento do fiscal durante a amamentação. Segundo Rosenverg, a lei não considera no entanto a dificuldade das mães em percorrerem um percurso a longa distância com seus bebês até o local do certame.

Desistência

"Com a determinação de que o concurso seja realizado em local próximo a residência dessas mães, temos uma melhor igualdade no acesso ao certame, uma vez que a distância pode ser determinante na desistência por uma vaga", explicou o parlamentar. Caso seja aprovada, a medida seguirá para sanção ou veto do governador.

Fim de taxas

O deputado estadual Marcelo Dino (PL) celebrou a suspensão da cobrança das Taxas de Turismo em Angra dos Reis, na Costa Verde. A decisão foi anunciada nesta terça-feira (10) após uma rescisão contratual com a CashPago, responsável pela operação do Sistema Digital de Turismo, por descumprimentos contratuais por parte da empresa.

'Parabéns'

"Hoje quero parabenizar cada trabalhador, cada comerciante, cada morador e cada cidadão que não se calou diante de uma cobrança que vinha prejudicando a população da Ilha Grande. Muitos deixaram seus afazeres, abriram mão de horas de trabalho e enfrentaram dificuldades para lutar por aquilo que acreditavam ser justo", disse Dino.

Fiscalização continua

O parlamentar, no entanto, deixou claro que a fiscalização do seu mandato sobre a situação na cidade ainda não terminou. "Vou continuar acompanhando os desdobramentos dessa decisão, cobrando transparência e defendendo os interesses de quem vive e trabalha em Angra dos Reis", concluiu o deputado estadual.

RICARDO STUCKERT / PR



COP 31 é primeira participação internacional de Lula após reeleito

Na COP 31, Lula cobra atuação de países ricos na luta contra mudanças climáticas

Presidente criticou conflitos globais e defendeu multilateralismo para preservar o planeta

Por **Gabriela Gallo**

Em seu primeiro discurso internacional após ser reeleito, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cobrou que os países ricos cumpram os compromissos assumidos no enfrentamento às mudanças climáticas. Segundo o presidente, essas nações se desenvolveram às custas do planeta. A declaração foi feita durante a abertura da 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 31), nesta quarta-feira (11), em Antália, na Turquia.

Embora estivesse com o discurso preparado, Lula apresentou rouquidão e pediu ao ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, que lê-se o pronunciamento.

No texto, o presidente afirmou que a crise climática também está relacionada às desigualdades sociais e econômicas entre países. Lula defendeu a manutenção do princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, segundo o qual as nações devem assumir compromissos ambientais de acordo com suas respectivas capacidades e responsabilidades históricas.

O presidente também cobrou que os países desenvolvidos cumpram os compromissos financeiros assumidos e ampliem o apoio às nações em desenvolvimento. Ao mencionar a próxima conferência, que será realizada em território africano, destacou a necessidade de ampliar os recursos destinados ao continente, que enfrenta dificuldades e endividamento.

"Não faz sentido abandonar o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Os países ricos se desenvolveram às custas do planeta e devem cumprir seus compromissos. A próxima COP, em solo africano, representa uma oportunidade histórica para garantir mais recursos a um continente pressionado pelo endividamento", afirmou.

A conferência deste ano também foi marcada pela ausência de líderes de países desenvolvidos que estão entre os grandes emissores de gases de efeito estufa. Não compareceram os presidentes dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), e da França, Emmanuel Macron, além do chanceler da Alemanha, Friedrich Merz.

Os governos francês e alemão enviaram representantes ao evento. Já os Estados Unidos não enviaram representantes.

Pressa por aprovação das medidas de ajuste esbarra em resistências no Senado

Governo quer aprovar o texto nesta semana; mas votação foi empurrada para esta quinta-feira

Por **Beatriz Matos**

A tentativa do governo de votar o ajuste fiscal para 2027 esbarrou no pedido de senadores por mais tempo para examinar a proposta. Não houve consenso para votá-la poucas horas após a apresentação nesta quarta-feira, 11. O plano agora é levá-la ao plenário na quinta-feira, depois da leitura do parecer do relator, Eduardo Braga (MDB-AM). Se não houver acordo, a votação ficará para a próxima semana, sob pressão do calendário orçamentário.

Nos bastidores, integrantes do centrão defendem que a votação ocorra na terça ou quarta-feira da próxima semana, para dar mais tempo à análise da proposta. O governo, por outro lado, teme que o adiamento provoque oscilações no mercado financeiro, diante da expectativa por mudanças nas medidas fiscais. O impasse expôs a distância entre a pressa do Planalto e a disposição das bancadas de votar um texto que ainda não tiveram tempo de examinar.

O ex-líder do governo no Senado Jaques Wagner (PT-BA) aceitou assinar como autor o projeto elaborado pela área econômica do governo. No fim da tarde, e Eduardo Braga e a atual líder do governo, Teresa Leitão (PT-PE), discutiram se o parecer seria divulgado. Braga preferia esperar, mas seu relatório acabou sendo apresentado. As objeções nas bancadas à votação imediata permaneceram. A divergência foi sobre o prazo de análise, não uma rejeição formal ao pacote.

Na segunda-feira (9), o ministro da Fazenda, Dario Durigan, discutiu o projeto de ajuste fiscal com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e outros senadores. Alcolumbre ressaltou que seu compromisso era analisar a proposta, não necessariamente aprová-la, já que ainda desconhecia seu conteúdo integral.

Antes da apresentação do projeto, a líder Teresa Leitão evitou antecipar a posição da base governista. O governo não tinha o termômetro da votação, a sinalização era de que as negociações com as bancadas e a avaliação de possíveis resistências ocorreriam após a conclusão do texto.

LULA MARQUES - AGÊNCIA BRASIL



Bruno Moretti (ao centro) citou o impacto de até R$ 60 bilhões.

O PLP altera o arcabouço fiscal, prevê contenção de despesas e revisão de benefícios tributários. Braga recomenda um substitutivo com ajustes de redação. Entre as medidas está a possibilidade de reduzir de 2,5% para 2% o limite de crescimento real dos gastos primários em determinadas condições. Também autoriza contenção de despesas para buscar o centro da meta fiscal, não apenas sua margem inferior.

O parecer estima melhora do resultado primário de 2027 entre R$ 43 bilhões e R$ 54 bilhões, com contenção de gastos e mudanças tributárias. Prevê ainda R$ 100 bilhões de melhora na margem da regra de ouro, indicador relacionado ao endividamento, sem que isso represente economia adicional a somar. Na Comissão Mista de Orçamento (CMO), Bruno Moretti citou o impacto de até R$ 60 bilhões. Antes, circularam projeções de R$ 70 bilhões a R$ 80 bilhões.

O desenho do pacote procura ampliar a margem de manobra da equipe econômica em momentos de aperto. Além da revisão de incentivos, o parecer prevê limites à compensação de créditos tributários e permite desvincular até 40% de determinados superávits financeiros para atender obrigações constitucionais. A regra preserva, entre outros, recursos vinculados à saúde, à educação e à segurança.

A aprovação exige pelo menos 41 votos no Senado e 257 na Câmara. Consultores legislativos avaliam que a busca por maioria poderá provocar mudanças capazes de reduzir o efeito fiscal pretendido. A revisão de benefícios tributários, tende a ser um dos pontos mais difíceis por atingir interesses organizados.

Outro ponto de atenção é o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), que financia a segurança pública e apoia as áreas de saúde e educação. Izalci Lucas (PL-DF) e Leila Barros (PDT-DF) já apresentaram projetos para proteger os recursos de limitações fiscais. Ao Correio da Manhã, Izalci afirmou que a bancada havia negociado com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o compromisso de não votar medidas que prejudicassem o Fundo.

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



Alcolumbre tentou votar, mas não conseguiu

No entanto, um dispositivo incluído anteriormente em um projeto sobre combustíveis acabou alterando regras que afetam o repasse dos recursos. O senador afirmou que pretende articular uma solução com Motta e Davi Alcolumbre. A preocupação permanece porque o novo pacote de ajuste fiscal também modifica dispositivos relacionados às receitas do petróleo, mantendo o Fundo Constitucional entre os pontos sensíveis das negociações.

Mudanças percebidas como ameaça ao Fundo podem mobilizar parlamentares, o governo do Distrito Federal e categorias da segurança. Na elaboração do projeto, chegaram a circular propostas de retirar receitas extraordinárias da base usada para atualizar pisos constitucionais e o próprio Fundo.

As mudanças nos valores obrigatórios de saúde e educação enfrentam limites constitucionais. Na avaliação de consultores, isso amplia o potencial de contestação social caso qualquer ajuste seja entendido como redução dos recursos que seriam destinados a essas áreas.

A articulação também avançou na Câmara dos Deputados. Enquanto senadores negociavam a data de votação do PLP do ajuste fiscal, o ministro do Planejamento, Bruno Moretti, reuniu-se com a bancada do PT para discutir a proposta. Se aprovado no Senado, o projeto seguirá para análise dos deputados.

Caso o texto seja modificado na Câmara, terá de retornar ao Senado, o que pode prolongar as negociações e pressionar o calendário legislativo, já apertado pela necessidade de concluir a votação do Orçamento de 2027 antes do recesso parlamentar.

Em paralelo às negociações do ajuste fiscal, o Congresso avançou na análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027. O relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO), apresentou o relatório preliminar com as regras para a apresentação de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades. Foi estabelecido o limite de duas emendas por bancada estadual, duas por comissão permanente e uma por parlamentar, com prioridade para projetos em andamento e ações nas áreas de infraestrutura, saúde, assistência social e agropecuária.

A movimentação ocorre enquanto o governo tenta destravar o pacote fiscal no Senado e avançar na elaboração do Orçamento de 2027, cuja votação final está prevista para 17 de dezembro. Com diferentes propostas tramitando simultaneamente, o Congresso terá de conciliar as prioridades de investimento dos parlamentares com as medidas de contenção de despesas defendidas pela equipe econômica.

O PLP não substitui o Orçamento, mas influencia a execução dos gastos e o cumprimento das metas fiscais em 2027. Para o Planalto, a aprovação ainda neste ano é importante para sinalizar o rumo das contas públicas no novo mandato.

A pressa, porém, tornou-se um ponto de divergência no Congresso, diante das críticas à tentativa de acelerar a votação sem tempo suficiente para avaliar os impactos das medidas. O desafio do governo será conciliar a urgência do ajuste com a necessidade de construir apoio parlamentar, sem comprometer os resultados fiscais pretendidos.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Delegados da PF rebatem Andrei e negam ser bolsonaristas por criticarem mudanças no Caso Master

DIVULGAÇÃO



Diretor-geral da PF, Andrei se desfiliou da Associação dos Delegados de Polícia Federal

■ Delegados da Polícia Federal rebateram o diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues, e negaram ser bolsonaristas por criticarem o afastamento de dois investigadores do Caso Master, responsáveis por encontrar mensagens suspeitas entre o ministro Alexandre de Moraes (STF) e o banqueiro Daniel Vorcaro. Após receber críticas, Andrei se desfiliou da Associação dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) e, nos bastidores, passou a acusar a entidade de servir à direita.

■ Integrantes da ADPF ouvidos pela coluna estranharam a reação do diretor-geral e lembraram que foi o próprio Andrei quem escolheu o atual presidente da associação, delegado Paiva, para integrar seu gabinete na direção-geral da Polícia Federal.

■ Paiva ocupou durante três anos o cargo de assessor de Assuntos Parlamentares de Andrei, uma função de confiança na cúpula da corporação.

■ Os delegados também destacaram que o auditório da ADPF, em Brasília, leva o nome do ex-ministro Márcio Thomaz Bastos, que comandou o Ministério da Justiça durante o primeiro mandato do presidente Lula.

■ Nesse contexto, integrantes da associação questionam a tentativa de associar a entidade ao bolsonarismo por condenar a retirada dos dois investigadores responsáveis por descobrir elementos de um caso que pode representar um dos maiores esquemas de corrupção do país.

■ Na Polícia Federal, há o entendimento de que a condução de um inquérito por um delegado deve ser preservada. Por isso, a retirada dos investigadores no decorrer das apurações, embora não seja necessariamente ilegal, é considerada imoral por integrantes da corporação, que veem na medida uma afronta aos princípios da instituição.

■ Outro ponto que torna a situação mais delicada, segundo os críticos da decisão, é a relação próxima de Andrei Rodrigues com autoridades citadas nas investigações, entre elas o ministro Alexandre de Moraes e o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

TCU identifica "risco crítico" e determina fim de parceria de órgão do Ministério da Justiça com entidade das bets

■ O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou um "risco crítico" em uma parceria firmada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com uma associação ligada ao mercado de apostas esportivas. A análise apontou irregularidades no acordo e levou à determinação de seu encerramento.

■ A parceria foi celebrada em outubro de 2025 com a Associação Nacional pela Segurança Jurídica dos Jogos e Apostas (Anseja), para o patrocínio e apoio a eventos institucionais do Cade. O acordo tinha duração prevista de cinco anos e não envolvia repasse financeiro direto à autarquia.

■ Segundo a unidade técnica do TCU, a continuidade da parceria representava um "risco crítico à integridade e à credibilidade institucional" do Cade. A avaliação apontou que o órgão não havia realizado uma análise prévia adequada dos riscos reputacionais, de integridade e de possíveis conflitos de interesses relacionados à associação.

■ A fiscalização também identificou irregularidades no procedimento de formalização do acordo, incluindo a inversão de etapas previstas no chamamento público e a produção de efeitos da parceria antes de sua publicação no Diário Oficial da União.

■ Outro ponto questionado foi a participação de representantes das entidades privadas na organização de um seminário promovido pelo Cade sobre o mercado de apostas. Mesmo após o cancelamento do patrocínio, integrantes das associações participaram do evento como palestrantes, situação considerada pelo Ministério Público junto ao TCU uma violação dos princípios da moralidade e da impessoalidade.

■ Durante a apuração, o tribunal também recebeu uma denúncia anônima sobre possíveis vínculos do presidente da Anseja, André Luiz Menezes Lins, com empresas de pagamentos suspeitas de operar para plataformas ilegais de apostas. O TCU ressaltou que as informações eram apenas indícios, ainda não comprovados.

■ Diante das irregularidades, o tribunal determinou a rescisão do acordo e o encaminhamento de documentos ao Ministério Público Federal, ao Banco Central e à Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, para avaliação de eventuais providências.

■ A auditoria interna do próprio Cade também reconheceu riscos reputacionais e de integridade na parceria, embora não tenha identificado conflito de interesses concreto envolvendo a associação ou seu presidente.

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



Ideia de libertar Bolsonaro para arrefecer os ânimos na política foi atribuída a Edinho

Projeto de anistia a Bolsonaro divide PT e pode derrubar Edinho Silva da presidência do partido

■ Um projeto de anistia a Jair Bolsonaro dividiu o PT e pode culminar com mudança no comando do partido de Lula. Nos bastidores, a ideia de libertar Bolsonaro com a justificativa de arrefecer os ânimos na política foi atribuída a Edinho Silva, presidente nacional do PT.

■ Sem citar o dirigente, Gleisi Hoffmann criticou a proposta. Em declaração ao ICL Notícias, ela afirmou que a medida era tão absurda que os dirigentes do PT que defenderam a ideia em declaração em off ao jornal Folha de São Paulo sequer apareceram publicamente.

■ O fato é que dentro do PT, esse desgaste recaiu sobre Edinho Silva, que já vem sendo pressionado a deixar a presidência do Partido dos Trabalhadores por conta do fraco desempenho como coordenador da campanha de Lula no primeiro turno da eleição à Presidência.

■ No segundo turno, Edinho perdeu espaço para nomes como André Janones, Camilo Santana e Marco Aurélio de Carvalho, que passaram a ganhar maior protagonismo na campanha.

■ A coluna apurou que já existe um movimento dentro do PT para convencer Edinho Silva a renunciar à presidência da legenda. Caso ele resista, a alternativa discutida é antecipar o Processo de Eleição Direta (PED), para que o partido escolha um novo presidente já no próximo ano.



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA

@colunamagnavita

PINGA-FOGO

Só a esquerda é democrática? Até quando pede para desrespeitar uma decisão do TSE?

■ **Curioso o abaixo-assinado de juristas e de alguns acadêmicos do Direito mais à esquerda defendendo o segundo turno no Rio. Batizado de "Manifesto jurídico e popular pelo Segundo Turno Constitucional para Governador do Rio de Janeiro", o documento, que desafia uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, se tivesse sido feito pelos advogados ligados à direita, seria enquadrado como um ato golpista e tentativa de subverter a democracia. Os primeiros subscritores são a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia – ABJD / Núcleo RJ Associação Juízas e Juízes para a Democracia – AJD. É irônico que, em nome da "democracia", um documento pede para não considerar a soberania do TSE para decidir sobre uma eleição resolvida no primeiro turno.**

FUTURO DESEMBARGADOR SÓ DEPOIS DAS ELEIÇÕES DO TJRJ

■ Corre nos corredores do Tribunal de Justiça do Rio que um futuro desembargador, a ser promovido por antiguidade, só será eleito depois da eleição para a presidência do TJRJ, que ocorrerá no próximo dia 30. É que ele foi rotulado como possível aliado de um dos candidatos. Se empossado antes, terá direito a votar.

MORAR NOS ESTADOS UNIDOS VIROU SINÔNIMO DE FUGITIVO

■ **Curiosa a mídia e, especialmente, a Rede Globo em rotular de "fugitivo" um comentarista político de rede nacional de televisão, que todos os dias aparece no ar, direto dos Estados Unidos, país onde reside há anos e de onde faz as suas intervenções na TV e rádio. Está faltando apuração mais rigorosa antes de jogar o nome de algumas pessoas no pelourinho acusatório.**

ASSUNTO AINDA FORA DA PAUTA ENTRE COUTO E RUAS

■ Não há martelo batido sobre se as escolhas dos nomes para as duas vagas da OAB, referentes ao quinto constitucional do TJ-RJ, será feita pelo desembargador e Governador Interino Ricardo Couto ou pelo Governador eleito Douglas Ruas. Os dois ainda conversaram sobre o assunto.

DOUGLAS NAS PÁGINAS AMARELAS DA VEJA

■ **Nesta sexta-feira (13), a revista Veja circula trazendo nas páginas amarelas uma entrevista com o Governador eleito do Rio de Janeiro, Douglas Ruas. Vai ser a estreia de Ruas na mídia nacional e o Brasil começará a conhecer o novo chefe do Executivo carioca. Quem assistiu a gravação da entrevista afirma que ela está imperdível.**

FSB comemora 25 anos de Flávio Castro na empresa

FOTOS CM



Homenagem reuniu familiares de Flávio Castro, sócios e colegas da FSB nos salões do Country Club, em Ipanema



Flávio Castro com Gláucia e o sócio-diretor Darse Lima Jr.jpeg



Flávio Castro com Chiquinho Brandão: 25 anos em parceria de sucesso



O sócio Renato Salles (E), O CEO Marcos Trindade, Chiquinho Brandão, Flávio Castro e o sócio Diego Ruiz



O homenageado com a esposa, Gláucia, a sócia Gabriela Wolthers (D) e colegas da FSB-RJ

Um almoço no tradicional Country Club, em Ipanema, comemorou ontem os 25 anos de atuação do jornalista e sócio Flávio Castro na FSB Comunicação.

Liderado pelo fundador da agência (hoje uma holding), Chiquinho Brandão, o evento reuniu sócios e colegas de trabalho dos escritórios de Rio, São Paulo e Brasília.

Chiquinho Brandão e o CEO Marcos Trindade recordaram o início de Flávio Castro na empresa, após uma carreira bem-sucedida em redações de veículos de imprensa relevantes, como O Globo, entre outros, e destacaram a trajetória de Castro na empresa.

A apresentação de um vídeo com depoimentos de parentes e clientes precedeu o merecido almoço a um profissional tão competente quanto querido no mundo da comunicação corporativa.



Flávio Castro (D) com os pais, a esposa, Gláucia, e sobrinha

Câmara dos Deputados aprova projeto que inclui morte de cães e gatos por maus-tratos no rol de crimes hediondo

CM



Projeto é de autoria dos deputados Felipe Becari, Célio Studart, Marcelo Queiroz e Dr. Ismael

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (11/11), o Projeto de Lei 2.475/25, que propõe incluir no rol de crimes hediondos os maus-tratos contra cães e gatos quando a conduta resultar na morte do animal.

De autoria dos deputados federais Célio Studart (PSD-CE), Marcelo Queiroz (PSDB-RJ), Laura Carneiro (PSD-RJ), Dr. Ismael Alexandrino (PSD-GO), Felipe Becari (União-SP) e Delegado Bruno Lima (Pode-SP), o projeto altera a Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990), acrescentando a nova tipificação ao rol previsto na legislação.

– Nossa proposta veio para acabar com um cenário de impunidade em relação àqueles que são condenados pela prática de maus-tratos contra animais, estabelecendo punições mais severas, de acordo com a gravidade do crime cometido – afirmou o deputado Delegado Matheus Laiola (UNIÃO/PR), que é relator do projeto na Câmara.

Os crimes hediondos recebem tratamento penal mais rigoroso. Entre as consequências previstas na legislação estão a impossibilidade de concessão de fiança e a proibição de anistia, graça e indulto.

– Enquadrar os maus-tratos contra cães e gatos que resultem na morte do animal no rol da Lei de Crimes Hediondos é uma conquista de extrema importância para a causa animal, além de reforçar o dever do poder público de proteger os animais – destacou o deputado Marcelo Queiroz.

O texto segue para apreciação do Senado Federal.

GOVERNADOR ELEITO VISITARÁ TVS EM SP

■ Já na próxima semana, o governador eleito do Rio vai fazer um road show na mídia de São Paulo e visitará grandes grupos empresariais interessados em investir no Rio. Vai às emissoras paulistas e participará de programas nacionais. Todos querendo conhecer este fato novo na política nacional.

CAVALIERE MANDA EDITORIAL DE O GLOBO E RECEBE DE VOLTA O DO CORREIO DA MANHÃ

■ **O prefeito Eduardo Cavaliere ficou tão incomodado com o evento empresarial, que foi realizado no Fairmont, para o governador eleito Douglas Ruas que enviou, por WhatsApp, uma cópia do editorial de O Globo publicado naquele dia defendendo o 2º turno. A resposta foi no mesmo tom. Foi enviado de volta o editorial do Carreio da Manhã, publicado na mesma data, que defendia a decisão do TSE que chancelava a vitória de Douglas Ruas no primeiro turno.**

CAVALIERE VAI COPIAR DOUGLAS E REDUZIR SECRETARIAS

■ Vai ficar feio para a prefeitura do Rio o contraste do número de secretarias municipais com as que terá o governo Ruas. O estado do Rio deverá ter metade do número de secretarias. O prefeito Cavaliere não quer ficar atrás. Assim que a ideia de segundo turno receber uma pá de cal, ele pretende também reduzir o número de secretarias, principalmente aquelas cuja os ocupantes fizeram corpo mole no 1º turno.

MAIS UM MINISTRO DO RIO

■ **Já tem gente chamando o deputado federal Otoni de Paula de ministro. Ele está empenhado em fazer parte do primeiro escalão do próximo governo Lula. Tem trabalhado e movimentado uma ala evangélica mais à esquerda para endossar o seu nome para a pasta.**

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



As novas regras também estabelecem restrições ao uso direto, autônomo e sem supervisão de inteligência artificial por crianças até o 5º ano

Ministério da Educação restringe uso de IA nas escolas

Novas diretrizes colocam o professor no centro das decisões pedagógicas e exigem mudanças na rotina escolar

Da **Redação**

O Ministério da Educação (MEC) estabeleceu novas diretrizes para o uso da inteligência artificial nas escolas brasileiras, com restrições ao uso direto e autônomo da tecnologia por crianças até o 5º ano do ensino fundamental, exigência de supervisão humana e limites para a utilização da tecnologia nas avaliações escolares. As medidas trazem mudanças para instituições de ensino, professores e estudantes e colocam em discussão uma questão que deve ganhar cada vez mais espaço nas salas de aula: como utilizar a inteligência artificial para melhorar a aprendizagem sem comprometer o desenvolvimento do raciocínio, da criatividade e da autonomia dos alunos?

Para o educador Renato Casagrande, presidente do Instituto Casagrande, a regulamentação representa uma oportunidade de repensar a maneira como a tecnologia participa do processo educacional. O especialista destaca que a inteligência artificial pode contribuir para o ensino, mas seu uso precisa estar vinculado a objetivos pedagógicos claros, respeitando as diferentes etapas do desenvolvimento dos estudantes.

"Resposta pronta não é sinônimo de aprendizagem. O problema não é usar a IA, é terceirizar o pensamento. Aprender exige raciocinar, questionar, errar, tentar novamente e construir conhecimento. Se a tecnologia passa a fazer esse percurso pelo estudante, a escola corre o risco de formar jovens que sabem encontrar respostas, mas têm dificuldade para pensar por conta própria", analisa Casagrande.

Uma das principais determinações das novas diretrizes é que a inteligência artificial não poderá substituir decisões pedagógicas que dependem da avaliação humana. Isso inclui atribuição de notas, aprovação, reprovação e análise de produções autorais que exigem interpretação e julgamento do professor. A regulamentação também reforça a necessidade de supervisão humana, proteção dos dados dos estudantes e limites para decisões automatizadas.

FREEPIK



As medidas trazem mudanças para instituições de ensino, professores e estudantes

Na prática, a medida reforça a importância do educador não apenas como responsável pela transmissão de conteúdos, mas como profissional capaz de acompanhar o desenvolvimento de cada estudante, identificar dificuldades e compreender aspectos emocionais, sociais e cognitivos que interferem na aprendizagem.

"O professor não é apenas alguém que transmite informações. Ele observa o aluno, identifica dificuldades, percebe inseguranças e compreende situações que nenhuma ferramenta consegue avaliar integralmente. A inteligência artificial pode ajudar a organizar o trabalho pedagógico, mas é a relação humana que permite compreender como cada estudante aprende e de que apoio precisa", explica Renato Casagrande.

Entre as possibilidades de aplicação da tecnologia estão a personalização de atividades, a elaboração de materiais didáticos, o planejamento de aulas e a identificação de dificuldades de aprendizagem. Com a mediação dos professores, essas ferramentas podem ajudar a adaptar estratégias de ensino às necessidades dos estudantes e ampliar as possibilidades de acompanhamento pedagógico.

As novas regras também estabelecem restrições ao uso direto, autônomo e sem supervisão de inteligência artificial por crianças até o 5º ano, sem representar uma proibição total da tecnologia nessa etapa escolar. A regulamentação reforça ainda a proteção de dados, a supervisão humana e os limites para sistemas automatizados de monitoramento, avaliação e tomada de decisões. As instituições terão prazo de adequação previsto na regulamentação, enquanto determinadas proibições terão aplicação imediata.

Presídio de Guarulhos tinha tabela de preços para entrada de itens proibidos

Investigação do MP aponta cobrança de até R$ 35 mil por celulares e R$ 7 mil por serviços sexuais

REPRODUÇÃO/DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO



O CDP II de Guarulhos, na Grande São Paulo, é alvo de investigação sobre esquema de corrupção que teria movimentado até R$ 1,6 milhão.

Da **Redação**

Uma investigação do Ministério Público de São Paulo (MP-SP) revelou um suposto esquema de corrupção no Centro de Detenção Provisória (CDP) II de Guarulhos, na Grande São Paulo. Policiais penais são suspeitos de cobrar para facilitar a entrada de celulares, drogas, bebidas alcoólicas e até garotas de programa na unidade prisional. O esquema teria movimentado até R$ 1,6 milhão, segundo estimativas apresentadas durante a apuração.

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) identificou uma espécie de tabela de preços para os serviços clandestinos. A entrada de aparelhos celulares custava entre R$ 10 mil e R$ 25 mil. Em uma das conversas analisadas, a mãe de um detento relatou que um telefone sairia por R$ 20 mil, enquanto dois aparelhos poderiam ser adquiridos por R$ 35 mil.

Os investigadores também encontraram mensagens sobre a entrada de garotas de programa no presídio. Em setembro de 2025, um policial penal teria enviado fotografias de mulheres a um preso para negociar visitas íntimas. Em uma das conversas, foi mencionado o valor de R$ 7 mil pelo serviço. Não há confirmação de que a visita tenha ocorrido.

O esquema incluía outras modalidades de cobrança. Uma delas, chamada de "Sedex", permitia que familiares entregassem encomendas diretamente aos presos, sem fiscalização, mediante pagamento de aproximadamente R$ 200. Outra prática, conhecida como "bico", envolvia a entrada de drogas e celulares com a participação de servidores.

As mensagens também indicavam cobranças de R$ 500 por garrafas de vodca e R$ 1 mil por uísque. A cocaína era negociada por valores entre R$ 100 e R$ 200 por grama. Parte dos pagamentos seria realizada em dinheiro, por meio de uma barraca localizada em frente à unidade prisional, ou por transferências bancárias para contas de terceiros.

OPERAÇÃO POLICIAL

Na terça(10), a Polícia Federal e o Gaeco realizaram uma operação para desarticular o grupo. Foram expedidos 16 mandados de prisão e 21 de busca e apreensão em sete municípios paulistas: São Paulo, Guarulhos, Potim, Mauá, Mogi das Cruzes, São José dos Campos e Bauru. Até o balanço divulgado pela PF, seis policiais penais haviam sido presos. Outros dois servidores foram alvos de buscas. A operação também investigou detentos, familiares e pessoas suspeitas de fornecer drogas e movimentar recursos financeiros.

A investigação é um desdobramento da Operação Custos Proditor, realizada em março deste ano. Na ocasião, foram apreendidos celulares atribuídos a um policial penal do CDP II de Guarulhos. A análise dos aparelhos revelou mensagens, áudios e negociações que levaram à identificação de outros suspeitos.

PROCESSO JUDICIAL

Parte das acusações já é analisada pela 1ª Vara Criminal de Guarulhos. Em alegações finais, o Ministério Público pediu a condenação do policial penal Vinícius Freitas Silva por corrupção passiva e associação criminosa, além da perda da função pública. Durante os depoimentos, os investigados negaram participação nas atividades criminosas. O policial afirmou que não recebeu vantagens indevidas nem facilitou a entrada de produtos proibidos. Outros acusados também contestaram as negociações apontadas pelos promotores.

Virada Inclusiva terá 600 atrações em 80 cidades de SP

Da **Redação**

A Virada Inclusiva 2026 será realizada de 28 de novembro a 6 de dezembro, com mais de 600 atrações em mais de 80 municípios paulistas. A programação reúne atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer para pessoas com e sem deficiência, com foco na acessibilidade e na convivência.

A abertura será no sábado (28), às 9h, no Memorial da América Latina, na capital, com shows, atividades culturais, serviços de empregabilidade para pessoas com deficiência e food trucks. Todos os eventos são gratuitos.

Ao longo dos nove dias, o público poderá participar de ações sobre esporte adaptado, Libras, educação, cultura, empregabilidade e acessibilidade. As atividades serão realizadas na capital, na Região Metropolitana e em cidades do interior, contemplando diferentes públicos e faixas etárias.

A iniciativa reúne o Governo do Estado, prefeituras, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e parceiros de diversos setores. Entre os participantes estão as secretarias estaduais da Educação e do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, por meio dos parques estaduais, além de secretarias municipais e entidades ligadas à inclusão.

FOTO: GOVERNO DE SP



O público poderá participar de esportes, Libras, cultura e acessibilidade

A proposta é ampliar a presença de pessoas com e sem deficiência em espaços de cultura, esporte e lazer, promovendo encontros e oportunidades de interação. A agenda reúne iniciativas de diferentes formatos, como práticas esportivas adaptadas, ações de comunicação em Libras, atividades educativas e culturais e serviços de empregabilidade.

A realização em parceria com governos municipais, instituições de ensino e entidades da sociedade civil permite distribuir as atividades pelo território paulista. A articulação envolve organizações com atuação em educação, cultura, esporte, reabilitação e inclusão das pessoas com deficiência

MP quer limitar público em megablocos de São Paulo

Promotoria propõe estudos técnicos para autorizar desfiles no Carnaval

DIVULGAÇÃO



O último fim de semana do Carnaval de 2026 na capital, teve 2 milhões de pessoas no circuito do Ibirapuera, acompanhando Pedro Sampaio.

Da **Redação**

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) recomendou à Prefeitura que fixe e divulgue o limite de público para cada trajeto de megablocos no Carnaval de rua de 2027. A Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo também pediu que a gestão municipal só autorize os desfiles após a realização de estudos técnicos que comprovem que as vias podem receber os eventos com segurança.

A recomendação foi expedida em 20 de outubro e encaminhada ao prefeito Ricardo Nunes (MDB). A Prefeitura informou que recebeu o documento e que está reunindo as informações solicitadas pelo Ministério Público. Entre as vias que merecem atenção especial, segundo a Promotoria, estão as ruas da Consolação e Augusta, no centro.

A proposta é que a capacidade seja calculada para cada circuito a partir de fatores como a largura das vias, a densidade de pessoas e as condições de entrada e saída. Os estudos também devem considerar o tempo necessário para esvaziar a área em caso de emergência e o espaço disponível para a passagem dos trios elétricos. A divulgação do limite deve ocorrer antes dos desfiles.

O Ministério Público do Estado de São Paulo recomenda ainda um plano de operação para cada trajeto, com a participação de órgãos municipais, forças de segurança e operadoras de metrô e trem. Entre os órgãos citados estão a SPTuris, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e as secretarias municipais de Cultura, Saúde, Segurança Urbana e Subprefeituras.

O plano deve prever o acompanhamento da lotação em tempo real e estabelecer em que situações os acessos ao circuito poderão ser restringidos. A Promotoria pede também que as rotas de saída para emergências sejam definidas previamente. O planejamento abrange tanto a chegada dos foliões quanto a dispersão ao fim dos desfiles.

Os planos dos blocos devem ser apresentados e analisados com pelo menos 45 dias de antecedência em relação à data de cada desfile, conforme a recomendação. O documento pede critérios para dimensionar a oferta de banheiros químicos e pontos de água potável nos cicuitos, além da estrutura de atendimento de emergência, que inclui postos médicos, ambulâncias e bombeiros civis.

A Promotoria sugere que moradores, comerciantes e representantes dos blocos participem do planejamento e que sejam produzidos relatórios depois dos eventos. Segundo os promotores, as medidas buscam reduzir os riscos para quem participa dos desfiles, para os trabalhadores e para quem mora no entorno dos circuitos.

A recomendação cita a superlotação na Rua da Consolação durante o pré-Carnaval de 2026. Segundo estimativa da Secretaria da Segurança Pública (SSP) mencionada no documento, a região reuniu mais de 1 milhão de pessoas. Houve tumulto quando o desfile do Acadêmicos do Baixo Augusta e o bloco que tinha o DJ Calvin Harris como atração se encontraram. Foliões ficaram comprimidos contra grades de proteção.

Naquele dia, foi acionado um plano de contingência, estações do Metrô ficaram fechadas por seis horas e houve improviso de rotas de fuga. Antes dos desfiles, a Polícia Militar já havia apontado riscos de grandes aglomerações na Consolação e na Augusta devido à inclinação das ruas, à presença de barreiras físicas e às poucas saídas.

Após o episódio, a Prefeitura anunciou mudanças para os desfiles seguintes de 2026. Entre elas estavam a presença de agentes municipais nos trios elétricos e a abertura de duas áreas adicionais de saída no circuito do Ibirapuera. A gestão também anunciou a mudança dos postos de saúde dentro desse trajeto.

Prefeitura embarga as obras no estádio do Juventus

Da **Redação**

A Prefeitura de São Paulo embargou nesta quarta-feira (11) as obras no Estádio Conde Rodolfo Crespi, do Juventus, na Rua Javari, na Mooca, zona leste da capital. A medida foi tomada após a fiscalização identificar intervenções sem autorização em arquibancadas protegidas pelo tombamento. A administração municipal aplicou multa de R$ 39.741,01.

Na sexta-feira (6), técnicos do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) vistoriaram o estádio e registraram o avanço da construção de novos blocos de arquibancadas. O órgão também identificou demolições em muros e setores protegidos, com alterações que, na avaliação técnica, não podem mais ser revertidas.

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio (Conpresp) já havia determinado a paralisação das intervenções na segunda-feira (9). Na mesma reunião, o colegiado adiou a análise do projeto de restauro apresentado em junho e pediu ao DPH que identifique quais intervenções podem ser regularizadas. Na terça (10), operários ainda trabalhavam no mesmo local.

O estádio é tombado pelo município de São Paulo desde 2016. O tombamento protege o muro da Rua Javari, a entrada principal e as bilheterias. Cabe ao DPH analisar tecnicamente os projetos em imóveis tombados, enquanto o Conpresp decide se autoriza as intervenções.

DPH/PREFEITURA DE SÃO PAULO



Fiscalização identificou intervenções sem autorização em arquibancadas

A Sociedade Anônima do Futebol (SAF) que administra o Juventus informou que considera o projeto alinhado às orientações dos órgãos municipais e que aguarda as próximas decisões do conselho. A reforma busca ampliar a capacidade do estádio para o Campeonato Paulista de 2027. Em reunião do colegiado, o presidente da SAF, Claudio Fiorito, afirmou que a paralisação comprometeria o projeto de ampliação.

O Ministério Público do Estado de São Paulo abriu um inquérito civil para apurar se integrantes do DPH favoreceram o Juventus na condução do caso. A Promotoria investiga a possível criação de um grupo de mensagens entre representantes do departamento e dirigentes da SAF para tratar da regularização de intervenções no estádio. A apuração envolve suspeitas de improbidade administrativa e de dano ao patrimônio público.

A Prefeitura de São Paulo informou que o contato entre o DPH e os interessados faz parte dos procedimentos administrativos e que a Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa responderá aos pedidos de esclarecimento do Ministério Público no prazo legal.

CORREIO GRANDE SP

POR **LUIGI FREIRE (ESTAGIÁRIO)**

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ



vereadores também discutiram água potável e denominação de escola

Câmara aprova Orçamento de 2027 em primeira votação

A Câmara de Santo André aprovou, em primeira discussão, o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, com 23 votos favoráveis, durante sessões realizadas nesta terça (10). A segunda votação está prevista para a última sessão do mês. À tarde, os vereadores rejeitaram o veto do Executivo ao projeto que declara de utilidade pública a organização Despertando Amor ao Próximo. Também aprovaram a permuta de uma área pública com um particular, com exigência de registro, e a concessão do título de Cidadão Honorário a Marigildo Fabretti. Outras propostas aprovadas em primeira discussão garantem água potável gratuita em estabelecimentos e eventos, criam a Semana da Revolução Constitucionalista de 1932 e alteram o nome de uma escola no Camilópolis. A pauta incluiu ainda requerimentos sobre segurança, transporte escolar, meio ambiente, mobilidade e zeladoria.

Drenagem inteligente é aceita por Comissão

A Comissão de Meio Ambiente de Guarulhos deu parecer favorável ao PL 116/2026, de Joseval Queiroz (PL), sobre drenagem urbana. A proposta prevê sensores em bueiros, galerias e canais para monitorar nível e detectar obstruções, além de plataforma para antecipar alagamentos e apoiar a Defesa Civil. Incentiva jardins de chuva e pavimentos permeáveis e prevê canais para moradores comunicarem ocorrências. A Comissão propôs emenda para retirar trecho sobre participação popular, já previsto em outro dispositivo.

BRUNO NETTO/CÂMARA DE GUARULHOS



Proposta inclui sensores e alertas de alagamento

Capacitação inicia aulas em cidades da Grande SP

O 32º ciclo do Caminho da Capacitação começou nesta segunda-feira (9), com cursos gratuitos em 18 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Até 19 de novembro, são oferecidas mais de 1,2 mil vagas em formações de áreas como beleza, gastronomia, tecnologia, mecânica e cuidados com pessoas e animais. As aulas ocorrem em 24 carretas equipadas para atividades teóricas e práticas. Os cursos têm 40 horas de duração e oferecem certificado aos participantes que concluírem a formação, conforme demanda local.

Arujá destaca inclusão de pessoas com TEA

A Câmara de Arujá aprovou quatro projetos voltados a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em duas sessões ordinárias na segunda (9). As propostas tratam de vacinação domiciliar, inclusão no mercado de trabalho, banco municipal de talentos e instituição do Abril Azul no calendário oficial. Também foram discutidas matérias sobre saúde, proteção às mulheres e homenagens e contas municipais.

Taboão da Serra

Dois homens foram presos pelo Deic nesta terça (10), em Taboão da Serra, suspeitos de envolvimento em sequestro-relâmpago na capital. O crime ocorreu em junho, na Vila Sônia. Na operação, a Polícia Civil apreendeu um revólver, seis munições e maconha. Os suspeitos também foram autuados por tráfico de drogas e porte ilegal de arma.

Suzano

Três secretarias de Suzano prestaram contas à Câmara nesta terça (10), em audiência pública. Titulares de Meio Ambiente, Manutenção e Serviços Urbanos e Planejamento Urbano e Habitação apresentaram dados das pastas. Vereadores questionaram ações sobre adoção de praças, prevenção de enchentes, drenagem e moradia social no município.

São Caetano do Sul

O vereador Bruno Vassari (PSB) apresentou indicação para que a Prefeitura estude a criação da Polícia Municipal, a partir da adequação da atual Guarda Civil Municipal. A proposta depende da aprovação e entrada em vigor da PEC 18/2025, que prevê a possibilidade de municípios instituírem polícias de natureza civil e comunitária.

Arujá

A Câmara Municipal de Arujá realiza nesta sexta (13), a eleição da Mesa Diretora para 2027. Serão escolhidos presidente, vice-presidente e titulares das duas secretarias. A votação será nominal e separada por cargo. Cada candidato precisa de pelo menos oito votos, com 15 presentes. A sessão será aberta e transmitida ao público.

Ferraz de Vasconcelos

Vereadores de Ferraz de Vasconcelos destinaram emendas ao orçamento de 2027 para apoiar o Programa Saúde e Visão, do Lar Betânia. Anderson do Depósito (PSD) indicou R$ 250 mil para custear e manter a iniciativa, realizada em parceria com a Secretaria da Saúde. A entidade deve apresentar plano de trabalho para avaliação da pasta municipal.

Cotia

A Câmara de Cotia aprovou, por 14 votos, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, que estima receita de R$ 1,79 bilhão para o município. O valor representa crescimento aproximado de 4% em relação a 2026. Na mesma sessão, os vereadores adiaram a votação do veto total a um projeto sobre regras do regime próprio de previdência no Legislativo.

FOTO: DIVULGAÇÃO / GOVERNO DE SP



A modernização integra um investimento de R$ 8 bilhões de concessão

Siga Fácil substituirá praças de pedágio na Castello Branco

Sistema começa em 2027 e prevê tarifas menores em 67% das análises

Da **Redação**

A Rodovia Castello Branco (SP-280) começa a receber pórticos eletrônicos do Siga Fácil, sistema que substituirá as praças físicas de pedágio. A instalação será feita até 5 de dezembro, mas a cobrança só começa em março de 2027, quando as estruturas serão desativadas. Até lá, o pagamento continuará nas praças existentes.

A mudança integra a concessão da Ecovias Raposo Castello e prevê tarifas proporcionais ao trecho percorrido. Segundo o governo estadual, 67% das combinações de origem e destino analisadas terão redução. Os valores nos pórticos variarão de R$ 0,60 a R$ 4,50, ante R$ 4,20 nas praças de Osasco e Barueri e R$ 9,80 em Itapevi. O percurso completo, entre São Paulo e Araçariguama, terá redução de 8%.

O primeiro pórtico será instalado em Barueri, no km 20 da pista expressa, sentido São Paulo. Os veículos passarão sem parar ou reduzir a velocidade. Câmeras, sensores, escaneamento 3D e antenas de radiofrequência identificarão placa ou tag, categoria e quantidade de eixos. Em Osasco, no km 14, a tarifa será de R$ 0,60 e poderá chegar a R$ 0,48 com descontos.

Tags de qualquer operadora garantem desconto automático de 5%. O Desconto para Usuário Frequente (DUF), exclusivo para veículos de passeio, aumenta conforme as passagens pelo mesmo pórtico e sentido: 5% da primeira à décima, 10% da 11ª à 20ª e 20% a partir da 21ª. Motociclistas, veículos estaduais, de emergência em serviço e das Forças Armadas permanecem isentos.

A concessão prevê R$ 8 bilhões em investimentos ao longo de 30 anos. Na Nova Raposo, 105 quilômetros de faixas foram recuperados desde março de 2025, com mais de 35 mil toneladas de concreto asfáltico. A sinalização foi renovada.

Na Castello Branco, 1.408 luminárias foram substituídas por LED. Houve manutenção de defensas, reparos na drenagem e limpeza de passarelas. A recuperação do pavimento utilizou 1,8 mil toneladas de asfalto-borracha, feito com pneus reaproveitados. A concessionária instala câmeras com Detecção Automática de Incidentes para identificar veículos parados e objetos na via.

Sem tag, o motorista poderá consultar débitos e pagar em até 30 dias pelo site pedagiodigital.com.

Campinas terá seminários sobre impactos de data centers

Eventos mobilizam entidades ambientalistas de todo o Estado

Por **Moara Semeghini**

A discussão sobre a instalação de mega data centers em Campinas, impulsionada pelo projeto bilionário previsto para a Fazenda Pau D'Alho, em Barão Geraldo, entra em uma nova fase de articulação técnica e popular. Na última semana de novembro, a cidade sediará dois grandes eventos que prometem aprofundar o debate sobre os impactos socioambientais, hídricos e urbanísticos dessas infraestruturas de inteligência artificial.

A sequência de encontros ocorre em um momento de crescente pressão sobre o projeto. Recentemente, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP), via Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (Gaema), instaurou inquérito civil para apurar suspeitas de fracionamento do licenciamento e os elevados riscos de estresse hídrico e poluição sonora na Bacia PCJ.

Anunciado pela Prefeitura de Campinas com investimento inicial de R$ 5 bilhões, com potencial de alcançar R$ 20 bilhões, o empreendimento da construtora Terra Nova e da gestora Actis prevê ocupar cerca de 944 mil metros quadrados na Fazenda Pau D'Alho, dentro do Polo de Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (PIDS). Além disso, a infraestrutura elétrica projetada pode chegar a 1 gigawatt (GW), potência suficiente para abastecer uma metrópole de 700 mil a 1 milhão de residências de porte médio.

A medida atendeu a representações protocoladas conjuntamente pela vereadora Mariana Conti e pela deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL), além do vereador Gustavo Petta e do deputado federal Orlando Silva (PCdoB). Os parlamentares alertam para riscos de licenciamento fracionado e apontam potenciais de poluição e de escassez hídrica na Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ).

POR VLADIMIR BENINCASA / GRUPO DE PESQUISA PATRIMÔNIO, CIDADES E TERRITÓRIOS



Fazenda Pau D'Alho, em Barão Geraldo: obra de data center de R$ 5 bilhões

CAPACITAÇÃO E ARTICULAÇÃO ESTADUAL NA CÂMARA

O primeiro compromisso ocorre na terça-feira, 24 de novembro, das 9h às 12h, no Plenarinho da Câmara Municipal de Campinas. Promovido pelo Coletivo de Entidades Ambientalistas do Estado de São Paulo e sediado pela Associação Protetora da Diversidades das Espécies (Proesp), o encontro reunirá representantes de 17 organizações ambientalistas de diversas cidades paulistas.

O foco central será a capacitação técnica para a atuação das entidades nos processos de licenciamento ambiental, tanto nos conselhos municipais (Comdemas) quanto no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). O evento também contará com a participação do movimento Campinas em Alerta e traçará um panorama estadual da expansão dos data centers em São Paulo. A sessão terá transmissão ao vivo pela TV Câmara.

DEBATE ACADÊMICO E COMUNITÁRIO NA ADUNICAMP

Já no sábado, 28 de novembro, das 8h30 às 12h, o Auditório da ADunicamp (Associação dos Docentes da Unicamp) receberá o seminário "Data centers, inteligência artificial e os impactos sobre Campinas", promovido em parceria com o movimento Campinas em Alerta.

Aberto ao público em geral, o seminário de 3h30 contará com abertura política e três mesas temáticas compostas por especialistas. O objetivo é conectar a discussão ambiental a temas transversais como soberania digital, saúde pública, impactos no trabalho, planejamento urbano e o papel da inteligência artificial no território. O encontro será transmitido ao vivo pelo canal do YouTube da ADunicamp. Transmissão: Canal do YouTube da ADunicamp (@adunicamp-secaosindical3742).

Prefeitura abre concurso público para 100 vagas de GM

Da **Redação**

A Prefeitura de Campinas vai realizar um novo concurso público para a contratação de 100 guardas municipais - 3ª classe. O edital está disponível no Diário Oficial (campinas.sp.gov.br/diario-oficial/) desta quarta-feira (11) e as inscrições poderão ser feitas de 25 de novembro a 8 de janeiro, pelo site da Fundação Vunesp (www.vunesp.com.br). A prova objetiva está prevista para 21 de março de 2027.

Além do salário no valor de R$ 3.796,61, os profissionais também terão direito ao auxílio-alimentação/refeição de R$ 2.150,12 mensais, vale-transporte opcional e plano de medicamentos, conforme os critérios estabelecidos pela Prefeitura. A jornada de trabalho é de até 180 horas mensais, com escala de revezamento e plantões.

Para o secretário municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública, Christiano Biggi, o concurso representa um importante reforço para a segurança da cidade.

A secretária municipal de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, Eliane Jocelaine Pereira, ressaltou que a realização de concursos públicos faz parte da política de valorização dos servidores e de fortalecimento dos serviços prestados à população.

"Temos valorizado a admissão de servidores concursados, tanto para a recomposição quanto para a ampliação das equipes. Atualmente, temos 13 concursos públicos vigentes e seguimos realizando convocações para atender às necessidades das diversas áreas da Prefeitura", explicou Eliane.

FERNANDA SUNEGA/PREFEITURA DE CAMPINAS



Chegada de novos profissionais deve ampliar atuação da Guarda Municipal

Ainda segundo ela, o novo concurso da Guarda Municipal faz parte desse trabalho, que tem como objetivo fortalecer as equipes e garantir serviços públicos de qualidade à população.

Para participar do concurso, é necessário ter ensino médio completo, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), no mínimo categoria B, e idade entre 18 e 35 anos no último dia das inscrições, 8 de janeiro de 2027. Também é exigida altura mínima de 1,60 metro para homens e 1,55 metro para mulheres.

A taxa de inscrição é de R$ 67,90 e o pagamento poderá ser feito até 11 de janeiro de 2027.

Os candidatos que atendem aos critérios de isenção poderão solicitar o benefício entre 25 de novembro e 2 de dezembro. Têm direito à isenção pessoas cadastradas no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (Redome) e candidatos de famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), conforme as condições previstas no edital.

Vereador de Nova Odessa é eleito presidente do Conselho Consimares

Colegiado fiscalizará contas e gestão do consórcio intermunicipal no biênio 2027|2028

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO/ CÂMARA DE NOVA ODESSA



Elvis Pelé retorna à presidência do Conselho Fiscal, função que já exerceu entre 2023 e 2024, em Nova Odessa.

O vereador Elvis Pelé, de Nova Odessa, foi eleito presidente do Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos (Consimares) para o biênio 2027/2028. A escolha ocorreu em assembleia realizada no inicio de novembro, em Nova Odessa. Será o segundo mandato do parlamentar à frente do colegiado, função que exerceu entre 2023 e 2024. A nova composição deverá tomar posse no início de 2027.

O Conselho Fiscal acompanha a gestão patrimonial, orçamentária e financeira do consórcio. Entre as atribuições previstas no estatuto estão examinar balancetes da Tesouraria, verificar a situação de caixa e fundos, fiscalizar a execução do orçamento e emitir parecer sobre o relatório anual e o balanço geral. A atuação inclui o controle dos recursos empregados em iniciativas compartilhadas pelos municípios participantes.

Além de Elvis Pelé na presidência, a vereadora Roberta Diniz, de Hortolândia, foi eleita vice-presidente. A composição divulgada inclui Nei Prazeres e Roberta Diniz, por Hortolândia; Elvis Pelé, por Nova Odessa; Dudu Lima e Professor Edinho, por Sumaré; Thiago Júnior Anésio Braggion, por Capivari; e Esther Moraes, por Santa Bárbara d'Oeste.

Presidido atualmente pelo prefeito de Nova Odessa, Cláudio José Schooder, conhecido como Leitinho, o Consimares reúne sete cidades: Nova Odessa, Capivari, Elias Fausto, Hortolândi

a, Monte Mor, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré. A entidade articula políticas e projetos conjuntos para o manejo dos resíduos sólidos urbanos, área que exige planejamento regional para coleta seletiva, reciclagem, tratamento e destinação final.

O território abrangido pelo consórcio reúne cerca de 1 milhão de habitantes e gera cerca de 700 toneladas de resíduos por dia, segundo informações divulgadas pelo Consimares e pelas prefeituras. Em declaração publicada pela Prefeitura de Nova Odessa em fevereiro de 2025, Leitinho afirmou que cerca de 4% desse volume era reciclado. O percentual é uma referência daquele período e não representa necessariamente o cenário atual.

Entre as iniciativas regionais está o Recicla Junto Consimares, programa desenvolvido em parceria com a Ambipar para fortalecer a coleta seletiva, estruturar cooperativas e ampliar a recuperação de materiais recicláveis. Em balanço divulgado em 2024, o projeto informou que a quantidade de resíduos reciclados havia dobrado no ano anterior, chegando a 100 toneladas. A iniciativa também prevê apoio às centrais de triagem e à capacitação dos trabalhadores da reciclagem.

Eleito Elvis Pelé afirmou que pretende contribuir com a fiscalização, a transparência e o cuidado com os recursos públicos. O novo mandato começa em 2027, mas as prioridades do colegiado e o planejamento financeiro para o próximo biênio ainda precisam ser detalhados pelo Consimares.

Sta. Bárbara d'Oeste testa armadilhas para monitorar e captura de escorpiões na cidade

Da **Redação**

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA SANTA BÁRBARA D'OESTE



Testes vão avaliar a eficiência das armadilhas e seu potencial de uso na cidade

Santa Bárbara d'Oeste iniciou parceria com a empresa Noprax para testar dispositivos de monitoramento e captura de escorpiões. A avaliação terá duração de 6 meses e ocorrerá prioritariamente em escolas municipais e unidades de saúde, para reforçar a prevenção e a vigilância do escorpionismo. Os equipamentos foram entregue gratuitamente na terça-feira (10), no Cidade Saúde.

A escolha das escolas considera a vulnerabilidade das crianças às formas graves de envenenamento.A implantação será realizada em parceria com a secretarias de Saúde e Educação. A Prefeitura acompanhará os dispositivos, registrará as capturas e compartilhará os resultados com a empresa.

O trabalho será coordenado pelo diretor de Políticas Públicas de Saúde, Thiago Salomão de Azevedo, e pelo chefe do Departamento de Vigilância em Zoonoses, Luiz Eduardo C. de Oliveira.

Em abril, Santa Bárbara conquistou o segundo lugar na 18ª Mostra Nacional de Experiências Bem-Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças (ExpoEpi), em Brasília. O trabalho premiado utilizou sensoriamento remoto e análise espacial para identificar áreas de risco de escorpionismo em 2026. Durante os testes, também será avaliada a eficiência das armadilhas em condições reais de uso, permitindo analisar seu potencial como ferramenta complementar às ações de vigilância e controle.

Sumaré nomeia 63 agentes para reforçar a fiscalização

Da **Redação**

Sumaré designou 63 servidores como Agentes de Fiscalização Ambiental, ampliando a fiscalização e o cumprimento da legislação. A medida do prefeito Henrique do Paraíso fortalece as ações da Secretaria de Sustentabilidade.

Os servidores já poderão exercer a fiscalização ambiental junto às atribuições de seus cargos.

A nomeação delega a eles o poder de polícia ambiental, permitindo verificar o cumprimento das normas e adotar providências previstas na legislação.

Entre as atribuições estão emitir notificações, embargos e interdições, apreender e lacrar equipamentos e estabelecimentos, além de lavrar autos de infração contra responsáveis por irregularidades.

A atuação poderá abranger o descumprimento de normas municipais, estaduais e federais, conforme os procedimentos de cada regulamentação. As ações seguirão as diretrizes da Secretaria de Sustentabilidade, responsável por coordenar o trabalho.

Segundo a Prefeitura, o reforço busca ampliar a presença do poder público na prevenção e no combate a infrações ambientais, contribuindo para preservar os recursos naturais e melhorar a qualidade de vida.

As atividades são consideradas de relevante interesse público, não terão remuneração adicional e serão realizadas sem prejuízo das funções originais dos servidores, para ampliar a proteção ambiental.

DIVULGAÇÃO/ PREFEITURA DE SUMARÉ



Os servidores poderão exercer a fiscalização ambiental

LEONARDO BOFF

Teólogo, filósofo e escritor

Inaguramos uma nova era geológica?

A Terra possui já 4,6 bilhões de anos. Conheceu várias eras geológicas, como como a mais devastadora, no premiano-triássico há 252 milhões de anos que dizimou 95% das espécies marinhas e 70% das terrestres; a arqueozoica, a paleozoica. a mesozoica, a cenozoica na qual há 1,8 milhão de anos surgiu nosso ancestral,o homo sapiens.Cada era introduziu grandes modificações no planeta.

Nos últimos tempos ocorreram tantas trasnformações que nos sugerem a inauguração de uma nova era.

O primeiro evento foi o lançamento de duas bombas atômicas sobre o Japão em 6 e 9 de agosto de 1945.Ele causou grande espanto e estupor na humanidade. Pois nos apropiamos de nossa própria destruição.Não necesitamos da intervenção divina, basta a humana, para produzir o armagedon.

O segundo evento é a mergênci da juventude em quase todas as cidades do Ocidente,sem que ninguém a convocasse,uma espécie de irrupção do Weltgeist na expressão de Hegel ou um novo "tempo do eixo"(Jaspers). Surge como um novo sujeito histórico.Expressava o cansaço deste tipo de mundo materialista e consumista,este modelo de democracia,controlada,geralmente,pelos poderosos.Está surgindo um novo tipo de consciência,em grande parte,pelos novos meios de comunicação digital.

O terceiro evento novo é a invenção da Inteligência Artificial (IA).Ela traz inegáveis benefícios. Mas a verdeiramente perigosa é a IA Autônoma que com seus bilhões e bilhões de algoritmos pode tomar decisões que não depentem mais da vontade humana. Ela pode se associar a outras plataformas e decidirem eliminar da face da Terra a espécie humana por vê-la como um empecilho à sua autoreprodução. Como foi possível termos delegado o nosso destino a uma IA fria,insensível, cruel e assassina?

Esses três eventos são de tal gravidade que põe em xeque a capacidade de controle humano. O que ocorreu em nossa história para chegarmos até a esse eventual suicídio involuntário?

Talvez essa possibilidade esteja inscrita em nosso próprio DNA. Antropólogos, psicólogos e neurocientistas nos deixaram claro que a nossa condição humana, assim como a conhecemos, é tomada por duas forças que Sigmund Freud considerava eternas: somos seres portadores de morte (thánatos) e simultaneamente seres portadores de vida (eros). Outros preferem outras formulações como a mais frequente em Edgar Morin: somos demens e simultaneamente sapiens, vale dizer somos marcados por tendências dementes e ao mesmo tempo por tendências inteligentes.A teologia cristã, desde suas origens, fala, em seu dialeto,que somos ao mesmo tempo justos e pecadores (simul iustus et peccator), até o mais perfeito e santo dos seres humanos.

Desafio humano é manter estes forças construtivas/destrutivas sob severo controle, de forma que predomine a dimensão inteligente/sapiens sobre a demens/mortal, sabendo que esta jamais pode ser eliminada mas mantida sob a regência do sapiens.

O ser humano é um ser complexo,impossível de ser encaixado em algumas categorias, Ele não tem corpo. Ele é corpo todo inteiro animado (não é um cadáver) como forma de estar presente no conjunto das relações neste mundo e no processo cosmogênico. Ele é totalmente mente, vale dizer um ser com interioridade, habitada por paixões, impulsos,sendo o maior, o desejo, arquétipos ancestrais que guardam a memória das experiências humanas, das mais felizes às mais trágicas. O grande desafio é manter esse universo interior em equilíbrio para levar uma vida integrada e minimamente satisfatória.

Ele é principalmente coração (cérebro límbico de mais de 200 milhões de anos) capaz de sentir, amar, mostrar empatia, viver a ética do bem viver e desenvolver a espiritualidade, o mundo das excelências.Este foi vastamente recalcado a pretexto de impedir a objetividade do saber científico.O que ganhou a exclusiva hegemonia, no conjunto das energias humanas, foi a razão. Pela razão decifram-se as leis da natureza,penetra-se nas estruturas mais ignotas da natureza, da genética e do mjndo atômico e subatômico. Soube transformar a razão como o grande instrumento de dominação,a razão intrumental-analítca, pela qual foi construído o mundo que habitamos marcado pela tecnologia.

O ser humanano também possui profundidade que é sua dimensão da espiritualidade e do espírito.Espírito é aquele momento da consciência pelo qual capta a totalidade do ser humanano corpo/mente, que o torna capaz de apreender o Todo. de si mesmo, do mundo e do universo.Ele torna-se sensível àquela Energia de Fundo, poderosa e amoros, que sustenta todos os seres.Ela se revela pela capacidade de amor, de solidariedade,de compaixão, de ternura, de admiração e de veneraçao face à "grandeur" do universo. Ambivalente como é, ele pode se expressar também pelo contrário destas virtudes e revelar-se malévolo e sem piedade.

Lanço a seguinte hipótese: foi a predominância exclusiva da razão instrumental analítica, desgarrada do coração, da ética e da espiritualidade, que criou o mundo ameaçador que habitamos. Ela foi usada a partir do século 17. na Europa como vontade de poder-dominação sobre a natureza, as classes. os povos, continentes inteiros como a África e a América Latina. Sua expressão hitórica é o capitalismo que coloca a exploração dos bens e serviços da natureza,sem qualquer respeito a seus ciclos, em função de um desenvolvimento ilimitado absurdo, num planeta limitado, Sua lógica interna irrefreável é a acumulação sem limites,marcada pela competição sem nenhum sentido de cooperação. Seu furor da enriquecimento à custa da natureza e da força de trabalho dos trabalhadores não conhece freios. Impondo-se limites, significa condenar-se a si mesma. Por isso segue sua forma de exploração cada vez mais sofisticada e indomável até o planeta Terra tornar-se inabitável para ele e para todos.

Penso que a invenção das plataformas de IA constitui a suprema expressão da vontade de poder e de acumulação à custa dos recursos naturais como água, terras raras, outros materiais estratégicos e a totalidade da natureza. Uma razão artificial fora da razão natural pode se constituir como a arma mais poderosa de nossa própria autodestruição.

Se não conseguirmos resgatar o coração para limitar e enriquecer a razão instrumental-analítica – razão e coração unidos – dificilmente evitaremos uma tragédia humana. Cremos que como a vida sobreviveu a 5 grandes dizimações em sua longa história, não será agora que ela sucumbirá a essa funesta ameaça de autoliquidação. Como acenava o grande biólogo Edward Wilson: a vida não é nem material,nem espiritual nem mortal. Ela passa por nós e segue. Pois a vida é eterna.

A nova era se chamará segundo o maior cosmólogo vivo Brian Swimme de a ERA ECOZÓICA. O centro ocupará o oikos (a Casa Comum,a Terra): todos convergindo e se encontrando como irmãos e irmãs junto com os demais irmãos e irmãs da natureza, num único lugar, na Mãe Terra. Então teremos ainda futuro.

VICTOR CORRÊA

Jornalista, mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV.

Treinado para não sentir

Até hoje me lembro dos telefonemas da minha avó. Todas as noites, ela ligava lá em casa para saber se o filho mais velho tinha chegado vivo do trabalho. Meu pai era policial militar e, naquele tempo, subia morros, enfrentava tiroteios e corria riscos que eu ainda não sabia medir. Para minha avó, ouvir a voz dele ao telefone garantia mais uma noite de sono.

A Polícia Militar atravessa a história da minha família. Meu avô foi PM, meu pai também, hoje na reserva. Eu mesmo nasci no Hospital Central da Polícia Militar, no Estácio. Hoje, meu pai é a primeira pessoa com quem converso quando a PM aparece no noticiário. Mas nunca tínhamos falado sobre como os riscos e a violência do trabalho afetavam a saúde mental dele.

Nesta semana, perguntei. Ele me contou que, na época dele, o policial era "treinado para não sentir". Tinha de agir sempre com a razão, ser técnico, não se envolver. Só que isso não é possível quando se vê um colega morrer à sua frente. E o policial aprendia a não admitir o que sentia, porque sentir era visto como fraqueza. Se alguém perguntasse se estava abalado, a resposta tinha de ser não.

Esse silêncio também chegava em casa. Nenhum policial se senta à mesa do jantar para contar à família as cenas que viu em uma operação. Guarda tudo para si. Meu pai é um homem essencialmente sensível, mas, assim como tantos colegas, passou anos sem deixar escapar qualquer sinal.

Pouco antes de ir para a reserva, há cerca de vinte anos, observou alguns tremores e uma ansiedade além do que considerava normal. Procurou o psiquiatra da própria corporação. Foi diagnosticado com fobia social e afastado das ruas por um período. No português claro, entrou de licença médica.

A minha avó tinha medo de que ele não voltasse. Mas o risco da profissão não é só o tiro. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2026, no ano anterior foram registrados 110 suicídios de policiais civis e militares no país, contra 29 mortes em confronto durante o serviço. São quase quatro vezes mais. A comparação mostra o quanto a preocupação com a vida desses profissionais precisa ir além das operações.

O próprio governo do Rio reconheceu, em relatório enviado ao Conselho Nacional do Ministério Público em outubro de 2025, que faltavam psiquiatras na rede da PM. O documento também apontou poucos encaminhamentos e afastamentos formais depois de ocorrências críticas, tanto na Polícia Militar quanto na Civil. Isso, segundo o relatório, poderia indicar falhas nos registros, no acompanhamento ou uma cultura que dificulta a busca por cuidado.

Não basta haver atendimento se o policial tiver medo de procurá-lo. O que vão pensar os colegas? Como o superior vai reagir? O que acontece com a arma, com o trabalho na rua, com a carreira? Essas perguntas precisam de respostas claras. Enquanto pedir ajuda parecer punição, muitos vão continuar dizendo que está tudo bem. Admitir que não está bem não diminui a coragem de ninguém, não apaga uma trajetória nem torna o policial menos digno de respeito.

Afastar alguém das ruas ou restringir o acesso à arma pode fazer parte do cuidado. Mas o policial precisa entender a decisão e ter sua privacidade respeitada durante o tratamento. Depois de uma ocorrência especialmente difícil, a corporação deve oferecer acompanhamento, sem esperar que ele peça ajuda. Quem está à frente de uma equipe precisa saber como encaminhá-lo.

Se faltam psiquiatras, cabe ao governo contratar mais profissionais para atender os policiais. E quem vai para a reserva também precisa encontrar apoio: o fim do serviço não apaga o que foi vivido durante décadas.

Nada disso significa ignorar problemas da atuação policial. A defesa dos direitos humanos vale para os moradores de comunidades e vale para quem veste a farda. Um policial bem cuidado trabalha melhor, vive melhor e protege melhor. Cuidar dele também é política de segurança pública.

Meu pai foi treinado para não sentir. Sentiu mesmo assim, como qualquer pessoa sentiria. A Polícia Militar exige que seus profissionais estejam preparados para enfrentar a violência. Precisa estar igualmente preparada para cuidar de cada um de seus combatentes.

CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



O petista Lindbergh Farias não aceita as medidas "goela abaixo

Bases de apoio fortes nas ruas e no Congresso, antes do choque

A avaliação do governo é de que as medidas de ajuste nas contas públicas para o quarto mandato do presdente Lula serão um problema.

Não deverão agradar completamente a base original de apoio do presidente à esquerda e nem mesmo os aliados à direita e essas entidade chamada "Mercado". O Palácio do Planalto viu como um primeiro teste a recepção às medidas divulgadas nesta quarta-feira, 11, já que outras medidas deverão vir.

Até que elas não foram muito mal recebidas pelo mercado, que de qualquer maneira continua reclamando mais aprofundamento. Já nas esquerdas, caíram como um banho de água fria.

Para enfrentar os choque que ocorrerão com ambos os lados, Lula avalia que precisa, antes, solidificar o apoio nas ruas e da base parlamentar.

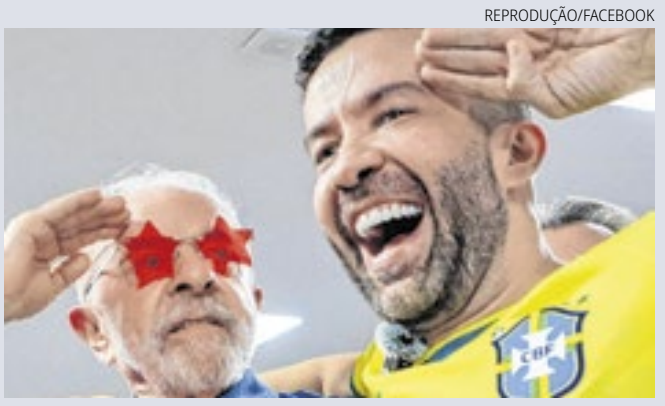
Nas ruas, Janones e redes sociais

Daí porque o deputado André Janones foi um dos convidados de honra para integrar a comitiva da primeira viagem presidencial ao exterior.

Não foi só porque montou o "Exército de Lula", decisivo para a vitória do presidente nas eleições.

É que o "Exército" será fundamental no diálogo permanente do presidente com as ruas ao longo de seu governo. Lula acha que o contato direto será importante para solidificar o apoio das ruas nos momentos difíceis.

REPRODUÇÃO/FACEBOOK



Janones mobilizou de novo seu exército para as bets

Uma base sólida no Congresso

A montagem do ministério é fundamental para solidificar a base de apoio ao governo no Congresso. Não é a única arma, mas é a mais importante.

É preciso, segundo Lula disse a assessores, escolher com cuidado ministros que lhe sejam bastante fiéis e tragam de fato o apoio das bancadas parlamentares.

O ano de 2027 será o ano da aprovação dos projetos que podem garantir governabilidade ao longo do mandato, por isso agora não se pode montar uma equipe fraca.

Problemas no Supremo são superáveis

O presidente Lula enxerga que a crise do Judiciário atinge a relação dos ministros do Supremo Tribunal Federal com os políticos, mas não necessariamente o seu governo.

Lula quer manter a boa relação que tem, no momento, com a maioria dos integrantes da Corte. Só prevê dificuldades com André Mendonça e Luiz Fux. Mesmo Nunes Marques e Dias Toffoli, ele não considera que criarão problemas

PT ameaça ministro

"Espero que os senhores tenham respeito com a base parlamentar, que também elegeu o Lula. Se os senhores quiserem votar isso goela abaixo no Senado e na Câmara, os senhores vão rachar nossa base", disse pessoalmente o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) ao ministro Bruno Moretti, do Planejamento, nesta quarta-feira, 11, no Congresso.

Psol-Rede vota contra

O deputado Tarcísio Motta (Psol-RJ) subiu revoltado à tribuna da Câmara. "Temos que ouvir nos render aos humores do mercado. O mercado hoje esrá de bom ou de mau-humor?", reclamou, para depois denunciar que staria havendo chantagem e avisar: "A bancada Psol-Rede vai enfrentar qualquer ajuste que tire dinheiro do povo"

Mercado bem-humorado

Nesta quarta-feira, 11, o Ibovespa fechou em alta de 0,42%, aos 172.060,44 pontos, enquanto o dólar comercial recuou 0,43%, encerrando o dia cotado a R$ 5,5619. O movimento positivo dos ativos locais foi impulsionado pelo pacote de corte de gastos apresentado pelo governo federal com o Congresso Nacional.

Mercado é comilão

"Ainda é pouco. Precisamos de algo acima de R$ 100 bilhões para fechar as contas de 2027", disse ao Infomoney o economista Otávio Araújo, consultor sênior da ZERO Markets Brasil. Segundo ele, a simples divulgação do montante não representa, por si só, uma mudança relevante para a percepção dos investidores.

Minimiza poupança

Em relatório antes da fala do ministro do Planejamento, a XP Investimentos concluiu que o impacto das medidas pode ser menor do que o divulgado. Os efeitos permanentes somariam R$ 38,3 bilhões. Seriam R$ 17,5 bilhões com a redução de benefícios fiscais e R$ 8 bilhões, com a mudança no piso da saúde e da educação.

"Vai para a direita"

O presidente Lula já não convence muito os integrantes do partido que o conhecem há mais tempo. Um cacique do PT dizia depois da eleição que não esperava movimentos de Lula à esquerda, nem na montagem do ministério, nem nas medidas ecoonômicas. "Se não tiver pressão e luta política, a direita leva tudo" confidenciou dias atrás.

MARINA RAMOS - CÂMARA DOS DEPUTADOS



Ala pragmática do PL defende apoio à Motta para evitar isolamento do partido

PL se divide e adia decisão sobre apoio a Hugo Motta

Parlamentares eleitos terão que votar sobre apoio a presiente da Câmara

Por **Gabriela Gallo**

Por absoluta falta de acordo entre os parlamentares, o Partido Liberal (PL) adiou a data para que a sigla indique se apoiará a reeleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) para a presidência da Câmara dos Deputados ou se o partido lançará uma candidatura própria. Após reunião da bancada nesta quarta-feira (11), o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), disse que decisão deverá ser divulgada daqui a 15 dias. Dos 121 deputados federais eleitos pela sigla para a próxima legislatura, 94 compareceram no encontro.

Sóstenes informou que, diante da falta de consenso, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, optou por adiar a definição e ouvir os demais parlamentares ausentes.

"Não é uma decisão fácil para nenhuma bancada, mais difícil ainda para uma bancada de 121 deputados dos quais 58 [deputados] são de primeiro mandato e ainda não entendem o funcionamento da Casa", disse Sóstenes, informando ainda a recondução das lideranças do PL no Congresso Nacional para o próximo semestre.

O partido está dividido entre uma ala pragmática, que defende declarar apoio à reeleição de Motta em troca de acordos, e uma ala ideológica que insiste que o PL não se vincule a Motta. A ala conservadora cita a proximidade de Motta com o presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Já a ala pragmática argumenta que o partido ficará isolado, apesar de ser a maior bancada da Casa, perdendo espaço em comissões estratégicas, na Mesa Diretora e em espaços de articulação política.

Sóstenes questionou a cobrança para que o PL anuncie com antecedência quem apoiará na disputa para a presidência da Câmara. As eleições para o comando da Casa ocorrerá em 1º de fevereiro de 2027. A Federação Brasil da Esperança (PT, PV e PCdoB) declarou apoio à reeleição de Hugo Motta em outubro.

Até o momento, 15 partidos declararam apoio ao atual presidente da Câmara. Os demais são: União Brasil, PP, Republicanos, PSD, PSB, PSDB, MDB, Podemos, PDT, PRD, Solidariedade e Cidadania. Considerando todos os deputados federais eleitos pelos partidos que declararam apoio à Motta (361 deputados), o montante representa 70% da Câmara na próxima legislatura.

Consulta de FGTS por bancos liga alerta

Nova ferramenta facilita acesso, mas levanta questões sobre privacidade

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL



A novidade promete facilitar a comprovação de renda e a contratação de serviços financeiros

Da **Redação**

A Caixa Econômica Federal passou a permitir, desde terça-feira (10), que trabalhadores autorizem instituições financeiras a consultar informações do extrato do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A novidade promete facilitar a comprovação de renda e a contratação de serviços financeiros, mas também levanta um alerta jurídico: até que ponto os bancos poderão utilizar esses dados para oferecer empréstimos e avaliar o perfil dos consumidores?

Com o novo serviço, instituições financeiras habilitadas poderão acessar o histórico de depósitos do FGTS dos últimos 12 meses, desde que tenham autorização expressa do trabalhador. A permissão é gratuita, tem validade de 90 dias e pode ser cancelada a qualquer momento. O acesso não inclui o saldo total disponível na conta.

Para o advogado Bruno Medeiros Durão, especialista em Direito Bancário e fundador da DAP Advocacia, a mudança representa um avanço na digitalização dos serviços financeiros, mas exige atenção aos limites legais do compartilhamento de dados.

"A possibilidade de consultar o FGTS pode facilitar a análise de crédito e reduzir a burocracia. No entanto, o trabalhador precisa saber exatamente quais informações serão acessadas e como elas serão utilizadas. Autorizar uma consulta não significa permitir que o banco utilize esses dados indiscriminadamente", explica o especialista.

Uma das principais dúvidas envolve a possibilidade de instituições financeiras condicionarem a concessão de crédito ao compartilhamento do extrato.

Segundo Bruno Durão, a análise deve considerar o Código de Defesa do Consumidor e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que estabelece regras para o tratamento de informações pessoais.

"O banco tem o direito de avaliar a capacidade de pagamento antes de conceder um empréstimo, mas isso não lhe dá liberdade para impor exigências abusivas. É necessário verificar se as informações solicitadas são realmente necessárias para aquela operação e se o consumidor recebeu explicações claras sobre o uso dos dados", afirma.

Embora a consulta possa auxiliar na comprovação de renda e vínculo empregatício, a nova ferramenta não estabelece, por si só, uma obrigação de compartilhamento para todos os trabalhadores que procuram crédito.

DADOS FINANCEIROS E RISCO DE SUPERENDIVIDAMENTO

Outro ponto de preocupação é a possibilidade de as informações serem utilizadas para ampliar a oferta de empréstimos a consumidores que já enfrentam dificuldades financeiras.

O histórico de depósitos do FGTS pode ajudar instituições financeiras a avaliar a regularidade da renda e o vínculo empregatício. Entretanto, a utilização dessas informações deve respeitar os princípios da finalidade, necessidade e transparência previstos na LGPD.

O especialista também destaca a importância da Lei do Superendividamento, que reforça a responsabilidade das instituições na concessão de crédito ao consumidor.

"Ter uma renda comprovada não significa necessariamente ter condições de assumir novas dívidas. O banco precisa avaliar a capacidade real de pagamento do cliente. A oferta excessiva de empréstimos, sem considerar o comprometimento da renda, pode agravar situações de superendividamento", alerta Bruno.

A legislação brasileira estabelece medidas para prevenir práticas abusivas e proteger consumidores em situação de vulnerabilidade financeira, especialmente quando o pagamento das dívidas compromete despesas essenciais.

Cenário prevê cobranças abusivas dos bancos

Da **Redação**

A perspectiva de juros elevados por um período prolongado aumenta a preocupação com o endividamento de famílias e empresas brasileiras. Após o Banco Central manter a taxa Selic em 13,75% ao ano, a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada nesta terça-feira (10), reforçou o alerta sobre a piora das expectativas de inflação e a necessidade de uma política monetária restritiva.

O cenário pode dificultar o acesso ao crédito, elevar o custo de novas operações de financiamento e tornar mais complexa a renegociação de dívidas. Especialistas alertam, porém, que a manutenção dos juros elevados não afasta as obrigações legais das instituições financeiras nem impede a contestação de cobranças abusivas.

Segundo Bruno Medeiros Durão, especialista em Direito Bancário e fundador da DAP Advocacia, é fundamental distinguir os efeitos legítimos da política monetária de eventuais irregularidades praticadas nas relações de crédito.

"O fato de a Selic permanecer elevada não significa que os bancos tenham liberdade para cobrar juros sem critérios. O consumidor precisa compreender quanto está pagando, quais encargos fazem parte da dívida e se as condições contratadas respeitam a legislação. Juros altos não tornam uma cobrança automaticamente abusiva, mas também não afastam o direito de questionar irregularidades", explica Bruno Durão.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Especialista explica quando consumidores podem questionar juros

A permanência de condições financeiras restritivas pode pressionar principalmente consumidores que dependem de cartão de crédito, cheque especial e empréstimos pessoais, além de empresas que utilizam financiamentos e capital de giro para manter suas atividades.

O problema se agrava quando novas operações de crédito são utilizadas para quitar dívidas anteriores, criando um ciclo de refinanciamento que pode comprometer parte crescente da renda familiar ou do faturamento empresarial.

Para Bruno, o risco não está apenas no percentual cobrado, mas também na falta de clareza sobre o custo total das operações.

"Muitas pessoas avaliam apenas o valor da parcela e não percebem o peso dos juros e demais encargos ao longo do contrato. Quando essa dívida começa a comprometer despesas essenciais, é necessário avaliar alternativas de renegociação e verificar se houve transparência na contratação", afirma.

O Código de Defesa do Consumidor estabelece regras de proteção contra práticas abusivas e exige informações adequadas sobre as condições de crédito.

JORNAL DO SERVIDOR

POR **RAPHAELA CORDEIRO**

DIVULGAÇÃO



Reposição alcança benefícios e terá efeitos retroativos a setembro

Conab fecha acordo coletivo com reajuste salarial de 3,98%

Os empregados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) terão reajuste salarial de 3,98%, conforme o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2026/2027, assinado em 6 de novembro. O percentual repõe integralmente o INPC acumulado entre setembro de 2025 e agosto de 2026 e também será aplicado aos benefícios, com efeitos retroativos a 1º de setembro. O acordo reúne 56 cláusulas e terá vigência até 31 de agosto de 2027. Segundo as entidades representativas, a Conab trabalha para incluir o reajuste e os valores retroativos na folha de dezembro. O texto mantém o Serviço de Assistência à Saúde (SAS) para empregados e dependentes e prevê a continuidade das negociações para criação de um novo plano, que contemple também aposentados. Também estabelece a eleição de um representante dos trabalhadores para o Conselho de Administração, em até 120 dias.

MGI abre desligamento para anistiados

O Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) abriu prazo para adesão ao Programa de Desligamento Incentivado (PDI), destinado a empregados públicos anistiados pela Lei nº 8.878/1994, com 75 anos ou mais. Os pedidos podem ser feitos até 24 de novembro, pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI). O incentivo considera o tempo de serviço após o retorno ao trabalho, com acréscimo de 40%, e pode chegar a R$ 350 mil, em parcela única. A adesão é voluntária e o programa busca oferecer uma alternativa de saída aos empregados.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



Programa oferece incentivo de até R$ 350 mil para anistiados

IBGE oferece 27 mil vagas para recenseadores

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) abriu processo seletivo para contratar 27.279 recenseadores temporários que atuarão no 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola. As inscrições seguem até 25 de novembro, pelo site da Fundação Cesgranrio, com taxa de R$ 70. Para participar, é necessário ter ensino fundamental completo. A remuneração pode chegar a R$ 4.370, incluindo parcela variável por produtividade. Os contratados também terão direito a auxílio-alimentação de R$ 1.192 e outros benefícios.

USP abre concurso com salário de R$ 11,7 mil

A Universidade de São Paulo (USP) abriu inscrições para concurso de Professor de Ensino Fundamental e Médio, na área de educação polivalente. O salário inicial é de R$ 11.778,84. As oportunidades são para unidades da capital e do interior. Os interessados podem se inscrever até 2 de dezembro, pelo site da Fuvest. As provas objetiva e dissertativa estão previstas para 13 de dezembro, na capital paulista.

Transpetro amplia cidades

A Transpetro ampliou de 33 para 52 o número de cidades que receberão provas do concurso público na Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. A mudança não altera a data da avaliação, marcada para 6 de dezembro. A redistribuição considera o endereço informado na inscrição e a cidade escolhida pelo candidato.

ANTT vagas do CPNU 2

A Escola Nacional de Administração Pública divulgou nova classificação para 13 vagas remanescentes de técnico em regulação da Agência Nacional de Transportes Terrestres, pelo CPNU 2. A lista foi reprocessada após inconsistências no edital anterior. A publicação não significa nomeação imediata, que depende das próximas etapas e da homologação do resultado.

Teletrabalho na Antaq

O Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação contestou a proposta da direção da Antaq de ampliar a exigência de trabalho presencial. A entidade defende critérios para as mudanças e reivindica limite de até 70% dos servidores em teletrabalho por unidade, além de diálogo com os funcionários antes da adoção.

Direito ao estudo

Decisão definitiva do Tribunal Regional Federal da 1ª Região reconheceu o direito de servidores da Anatel de contabilizar períodos de afastamento autorizado para mestrado e doutorado como experiência profissional na progressão e promoção funcional. A medida pode gerar revisão de carreira e diferenças remuneratórias, após análise individual.

Auxílio-saúde da PF

A Polícia Federal informou que os pedidos de ressarcimento de despesas com saúde já analisados e habilitados serão incluídos na folha de novembro. O benefício prevê limite mensal de R$ 1,3 mil e pode alcançar R$ 11,7 mil em valores acumulados neste ano. A medida contempla servidores que apresentaram despesas e tiveram a documentação aprovada.

Simulador de cotas

O Ministério da Gestão e da Inovação apresentou ferramenta que calcula a distribuição e a ordem das vagas reservadas em concursos e processos seletivos. O simulador considera critérios de alternância e proporcionalidade e está disponível on-line, mediante acesso com conta Gov.br prata ou ouro. A consulta é gratuita.

DIVULGAÇÃO



Descontos atingem servidores do IBGE após greves de agosto e setembro

Descontos salariais no IBGE ampliam conflito com direção

Corte dos dias de greve atingiu dezenas de servidores do Instituto

Por **Raphaela Cordeiro**

Dezenas de servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tiveram descontados, em parcela única, os dias de participação nas greves realizadas em agosto e setembro. A medida atingiu a folha de pagamento de outubro e, segundo a Associação dos Trabalhadores do IBGE (ASSIBGE-SN), deixou alguns funcionários sem remuneração no início de novembro. O episódio ampliou o conflito entre a categoria e a direção do instituto.

Segundo o IBGE, a paralisação envolveu 143 servidores, cerca de 1% do quadro funcional, com períodos de participação que variaram de um a 25 dias. A direção informou que os descontos seguiram as normas da administração pública federal e as orientações do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A ASSIBGE-SN afirma que os trabalhadores já realizaram a reposição das atividades e que encaminhou, há mais de um mês, uma proposta de Termo de Acordo à presidência do instituto para formalizar uma solução negociada. A entidade também acionou o MGI e o Ministério do Planejamento para viabilizar uma reunião entre as partes. Segundo o sindicato, as tratativas foram prolongadas sem uma conclusão.

Em 6 de novembro, o MGI informou ter solicitado ao IBGE a instalação de uma mesa setorial para discutir a compensação dos dias parados. De acordo com a pasta, as normas permitem negociar a reposição das atividades. Com a formalização do acordo e o cumprimento das condições estabelecidas, os valores descontados são devolvidos e os registros da greve retirados dos assentamentos funcionais.

A direção do IBGE, por sua vez, afirmou que não se recusou ao diálogo e que havia comunicado ao sindicato que uma nova rodada de negociações começaria após o fim do período de defeso eleitoral, em 25 de outubro. O instituto sustentou que os descontos observaram os procedimentos administrativos aplicáveis.

O ANDES-SN repudiou os descontos e defendeu a revisão da medida e a abertura de negociações. O sindicato informou que estão sendo contestados administrativamente e que poderá recorrer à Justiça caso não haja avanço. Até o momento, a entidade não ingressou com ação judicial sobre o caso.